



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA LINGUAGEM
PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA
EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS / LÍNGUA PORTUGUESA

Adilcéia Rêgo da Silva
Rita de Cassia Carvalho Ribeiro

**O PAPEL DA MULHER NA DIVISÃO DO TRABALHO NO CAMPO: uma análise
dos discursos orais construídos na localidade rio Quianduba, Abaetetuba/PA.**

ABAETETUBA - PA

2018

**Adilcéia Rêgo da Silva
Rita de Cassia Carvalho Ribeiro**

**O PAPEL DA MULHER NA DIVISÃO DO TRABALHO NO CAMPO: uma análise
dos discursos orais construídos na localidade rio Quianduba, Abaetetuba/PA.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal do Pará
– Campus de Abaetetuba, como requisito
parcial para obtenção do título de
Licenciatura Plena em Letras – Língua
Portuguesa.

Orientador: Prof. Me. Alex Santos Moreira.

ABAETETUBA - PA

2018

Adilcélia Rêgo da Silva
Rita de Cassia Carvalho Ribeiro

O PAPEL DA MULHER NA DIVISÃO DO TRABALHO NO CAMPO: uma análise dos discursos orais construídos na localidade rio Quianduba, Abaetetuba/PA.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Pará – Campus de Abaetetuba, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura Plena em Letras – Língua Portuguesa.

Orientador: prof. Me. Alex Santos Moreira.

Data de aprovação: 14/04/2018
Banca Examinadora

Alex Santos Moreira. Orientador

“A palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando.”

Eni Puccinelli Orlandi

Dedicamos este trabalho, pela sua importância de produção acadêmica, a todos os interessados pelo estudo da Língua, em especial, aos professores e educadores da Língua Portuguesa que prezam por uma educação que valoriza os vários usos e formas de interpretação da língua em diferentes contextos sociais, numa abordagem de letramento educacional.

Dedicamos também a outros pesquisadores curiosos que porventura venham a conhecer esta obra, na perspectiva de que o conhecimento no campo da Análise do Discurso seja um pouco mais conhecido e difundido.

Adilcélia Rêgo da Silva
Rita de Cassia Carvalho Ribeiro

AGRADECIMENTOS

Ao Deus Todo poderoso, Pai das luzes, Razão da minha existência, que me concedeu a oportunidade de cursar esta graduação, pois: *“Toda a boa dádiva e todo o dom perfeito vêm do alto descendo do Pai das luzes, em quem não há mudança nem sombra de variação” (TG 1:17)*, a Ele toda a glória e louvor! Agradeço aos meus familiares, que são a razão máxima de toda essa realização, pelo encorajamento que me deram nos momentos mais difíceis dessa jornada, sobretudo ao meu esposo José Roberto – minha âncora - que esteve ao meu lado, me apoiando ao longo desses quatro anos de estudo. Aos meus filhos Angélica e Albert que apesar de ainda serem crianças, suportaram e compreenderam a minha ausência nos períodos acadêmicos. Aos meus pais e irmãos pelo apoio moral e espiritual. O meu agradecimento todo especial ao meu orientador Alex Moreira pelas valiosas contribuições na orientação. Agradeço a todos os professores educadores da instituição UFPA que no percurso da graduação nos incentivaram à prática do ensino e pesquisa e também me demonstraram através do exemplo, que somos capazes de superar os desafios se acreditarmos no nosso potencial. Agradeço aos queridos colegas da turma Parfor 2013 pela amizade e companheirismo ao longo da jornada acadêmica. Agradeço ao meu local de trabalho a escola Dionísio Hage, pelo apoio e compreensão nos momentos que precisei me ausentar. Agradeço a todos os entrevistados que contribuíram para a obtenção dos dados desta pesquisa. Agradeço à minha igreja pelas orações ao meu favor e pela compreensão da minha ausência nas atividades que desenvolvo na mesma. Agradeço a comunidade do rio Quianduba, em geral, pelo carinho, respeito e credibilidade profissional. A todos o meu muito obrigado em nome do Verbo de Deus, porquanto: *“No princípio era o Verbo (Jesus), e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus. Ele estava no princípio com Deus. Todas as coisas foram feitas por intermédio dele, e, sem ele, nada do que foi feito se fez” (I João 1: 1-3)*. A Ele minha gratidão.

Adilcélia Rêgo da Silva.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que me deu energia para concluir meus estudos, pelas bênçãos derramadas sobre mim. Aos meus pais; Flávio (in memoriam) e Maria que me educaram e pelo incentivo pelo o que sou hoje. Ao meu esposo que me mostrou uma força quando precisei que não imaginava, ter sido paciente e por estar ao meu lado. Às minhas filhas, pela paciência, amor e carinho sempre me apoiando nos momentos difíceis. Aos meus familiares, que sempre estiveram comigo, pela alegria de cada conquista alcançada. Principalmente ao meu irmão Francidaltton que sempre esteve ao meu lado me ajudando, me dando incentivo todas as vezes que pensava em desistir. Pelos colegas de classe, por esses quatro anos juntos, dessa etapa decisiva em nossas vidas. Ao orientador; professor Alex Moreira, pela paciência. Agradeço a todos que contribuíram direta e indiretamente nesse sonho.

Rita de Cássia Carvalho Ribeiro.

RESUMO

SILVA, Adilcéia Rêgo da. RIBEIRO, Rita de Cassia Carvalho. **O papel da mulher na divisão do trabalho no campo: uma análise dos discursos orais construídos na localidade rio Quianduba, Abaetetuba/PA.**

Trabalho de Conclusão de Curso. Licenciatura Plena em Letras – Língua Portuguesa. Universidade Federal do Pará. Abaetetuba, 2018.

O presente trabalho objetiva analisar os discursos orais dos moradores ribeirinhos no que concerne ao papel social da mulher na divisão do trabalho no campo para avaliar, a partir da Análise do Discurso, como os enunciados movimentam os sentidos na prática de uma ideologia e como se relacionam com a história e a sociedade. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa: em um primeiro momento utilizando como método a pesquisa bibliográfica e em um segundo momento a pesquisa de campo, com dados coletados a partir de entrevistas gravadas em áudio e observação direta na comunidade ribeirinha rio Quianduba, município de Abaetetuba-PA. Tem-se como proposta, que o estudo sobre a Análise do Discurso possa contribuir para um repensar sobre o papel social da mulher nos processos de trabalho no campo ribeirinho, buscando nesse sentido, o estudo da linguagem que considere as relações do indivíduo com o mundo e do indivíduo com seu grupo social, proporcionando portanto, a cidadania e emancipação por meio da concepção de língua como reflexo da realidade social.

Palavras - Chave: Análise do Discurso, Mulheres, Trabalho na Amazônia, Rio Quianduba.

RESUMEN

SILVA, Adilcélia Rêgo da. RIBEIRO, Rita de Cassia Carvalho. **El papel de la mujer en la división del trabajo en el campo: un análisis de los discursos orales en Quianduba río, Abaetetuba/PA.**

Proyecto final de carrera. Grado completo en literatura-Portugués lengua. Universidad Federal de Pará. Abaetetuba, 2018.

Este estudio pretende analizar los discursos orales de residentes costeros, con respecto a la función social de la mujer en la división del trabajo en el campo a evaluar, a partir del análisis del discurso, como las declaraciones de mover los sentidos en una ideología y práctica como se relacionan con la historia y la sociedad. Se realizó una investigación cualitativa: en el primer uso de la investigación bibliográfica del método y en segundo lugar la investigación de campo, con datos recopilados de entrevistas grabadas en audio y directa observación de la comunidad de la costa del río Quianduba, municipio de Abaetetuba-PA. Se ha propuesto como estudio en el análisis del discurso puede contribuir a un replanteamiento sobre el papel social de las mujeres en los procesos de trabajo en el campo de la Ribera; busca en este sentido, el estudio de la lengua que consideran las relaciones humanas con el mundo y la sociedad, proporcionando por lo tanto, ciudadanía y emancipación a través del concepto de lengua como un reflejo de la realidad social.

Palabras clave: análisis del discurso, las mujeres, trabajo en la Amazônia, Quianduba.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Cidade de Abaetetuba _____	39
Figura 02: Praça e igreja de N. Sr ^a de Conceição em Abaetetuba _____	41
Figura 03: Anúncio publicitário do Festival do Miriti em Abaetetuba _____	43
Figura 04: Imagem portuária da cidade de Abaetetuba _____	44
Figura 05: Imagem do Festival do miriti em Abaetetuba _____	44
Figura 06: Imagem do rio Quianduba, município de Abaetetuba/PA _____	47

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: localização do município de Abaetetuba (mapa)_____	38
Gráfico 02: Mapa geográfico da região ribeirinha de Abaetetuba _____	45
Gráfico 03: Gráfico do processo de migração campo-cidade _____	49
Gráfico 04: Gráfico da divisão do trabalho doméstico no rio Quianduba _____	53
Gráfico 05: Participação de mulheres na Agricultura e Pesca _____	54

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1.1 – DISCURSO, ORALIDADE E ANÁLISE DO DISCURSO: UMA REFLEXÃO SOBRE A LINGUAGEM	15
1.2- DIALOGISMO, ALTERIDADE E POLIFONIA: ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO DISCURSO.....	18
1.3 - A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE DO DISCURSO PARA A SOCIEDADE	22
SEÇÃO II – A SITUAÇÃO DA MULHER NAS RELAÇÕES DE TRABALHO NA AMAZÔNIA PARAENSE	26
2.1 – O QUE É MULHER?	26
2.2 – TRABALHO E (DES)VALORIZAÇÃO DO TRABALHO	28
2.2.1 – O papel da mulher na divisão do trabalho – aprofundando reflexões	30
2.3 – O TRABALHO FEMININO NO ESTUÁRIO PARAENSE	33
SEÇÃO III – OS DISCURSOS ORAIS SOBRE A MULHER NAS RELAÇÕES DE TRABALHO	37
3. 1 – CENÁRIO DA PESQUISA – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	37
3. 2 – LÓCUS DA PESQUISA	38
3.2.1 – Processo histórico, econômico e formação do município de Abaetetuba	40
3.2.1.1 – Rio Quianduba integrando as ilhas de Abaetetuba	45
3.3 – A SITUAÇÃO DA MULHER NAS RELAÇÕES DE TRABALHO NA AMAZÔNIA PARAENSE – CORRELACIONANDO DADOS DA PESQUISA	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63
APÊNDICES	66

INTRODUÇÃO

A linguagem é um processo dinâmico, em construção nos múltiplos espaços sociais e traz consigo um grande desafio para o pensamento educacional, que é o entendimento da diversidade que a constitui como processos sociais, políticos, históricos e culturais formadores do ser humano e também da sociedade. Conhecer singularidades linguísticas nessas dimensões é imprescindível para a formação de usuários competentes que utilizem a língua como instrumento de ação e reflexão, capaz de compreender a ideologia predominante em cada grupo social, pois esta pode ser observada na prática interativa do discurso.

Durante muito tempo no Brasil, no estudo da língua, esta era vista apenas como sistema e como expressão estética e não como meio de interação: Somente a partir de 1980, com a redemocratização do país, as ciências linguísticas, dentre elas a Análise do Discurso, passaram a interferir no ensino do Português havendo uma substituição de concepção da Língua Portuguesa. Nesta concepção a língua passa a ser vista como prática discursiva, sociointeracional passando a incluir as relações da língua com aqueles que a utilizam, com o contexto em que é utilizada e com as condições sociais e históricas de sua utilização (SOARES, 2000, p.173).

Assim, o estudo da Análise do Discurso - ciência do campo da Linguística - é fundamental para interpretar os enunciados e compreender como o discurso funciona na produção de sentidos a partir de sua relação com a história e a sociedade. Nessa perspectiva, é que desenvolvemos este trabalho, que busca conhecer um pouco mais sobre os discursos orais ribeirinhos, especificamente na localidade rio Quianduba, município de Abaetetuba – PA; que se constitui como lócus desta pesquisa. Nossa pretensão foi analisar os discursos construídos no seio familiar, observando nos discursos inseridos nessa cena, o que é dito e o que é silenciado com relação ao papel social da mulher na divisão do trabalho no campo.

Consideramos relevante essa pesquisa, pois entendemos que a relação do ribeirinho com o espaço não se restringe simplesmente a coisas materiais como a obtenção direta da alimentação familiar, mas a valores imateriais, havendo um vínculo profundo de pertença, de conservação das histórias de vida, da produção e reprodução da cultura, o que, por meio da análise do discurso, teremos uma visão mais

aprofundada acerca do tema em questão. O discurso reflete uma visão de mundo vinculada a do enunciador e da sociedade em que vive, e que apesar de ter elementos comuns, tem também especificidades em vários aspectos, produzindo diversos sentidos e a Análise do Discurso, proporciona o entendimento de que entre língua e cultura se estabelece uma relação de interdependência. Diante do exposto, o objetivo deste trabalho é analisar a ideologia reproduzida nas falas dos ribeirinhos no que concerne ao papel social da mulher na divisão do trabalho.

O percurso metodológico deste trabalho foi construído a partir das experiências vivenciadas na pesquisa, na localidade Rio Quianduba, situada na região das Ilhas de Abaetetuba-Pará. A pesquisa foi desenvolvida utilizando como método, em um primeiro momento a Pesquisa Bibliográfica e em um segundo momento, desenvolvemos a Pesquisa de Campo para a coleta e análise de dados, inter-relacionando com os objetivos da pesquisa. Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram: a observação direta, registros fotográficos e entrevistas, com roteiro de perguntas abertas as quais foram gravadas em áudio e depois transcritas. As questões foram referentes ao trabalho no campo ribeirinho; o trabalho tanto na agricultura familiar quanto no lar; investigando se há ou não distinção de trabalho entre homens e mulheres; observando nos discursos orais o que é dito e o que é silenciado. Foram entrevistados oito moradores ribeirinhos (quatro homens e quatro mulheres pais e mães de família) na faixa etária de 25 a 55 anos de idade, no período de dez de setembro a 14 de outubro de 2017.

Com a intenção de explicitar os objetivos, apresentaremos a estrutura do trabalho, ou seja, o percurso realizado. O texto se estrutura nas seguintes seções; **SEÇÃO I:** “DISCURSO, ORALIDADE E ANÁLISE DO DISCURSO: UMA REFLEXÃO SOBRE A LINGUAGEM”. Este item trata de concepções teóricas no campo da Linguística, especificamente da Análise do Discurso, destacando-se as obras: “*Análise do Discurso: reflexões introdutórias*” de C. A. Fernandes; “*Círculo de Bakhtin e a Análise do Discurso Francesa: em torno da noção de ideologia*” de Claudiana Narzetti e “*Análise do Discurso e o Ensino de Língua Portuguesa*” de Ingo Voese.

SEÇÃO II: “A SITUAÇÃO DA MULHER NAS RELAÇÕES DE TRABALHO NA AMAZÔNIA PARAENSE”. No campo da análise sociológica, nesta seção traçaremos

algumas reflexões referentes às questões do trabalho feminino na Amazônia paraense. Conduziram-nos nessa leitura, as obras: “*Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho*” de Helena Hirata e Daniele Kergoat; “*Famílias e Patriarcado: da Prescrição Normativa à Subversão Criativa*” de Martha Giudice Norvaz e Sílvia Helena Koller; “*Um olhar de gênero sobre a reconstrução da agricultura em Abaetetuba*” de Patrícia Mourão; “*A questão de gênero: um breve estudo no estuário amazônico*” de Cristina Silva e Lígia Simonian. Essas e outras obras nos permitiram um olhar sobre as relações de gênero e os papéis sociais da mulher na divisão do trabalho no campo amazônico.

SEÇÃO III: “OS DISCURSOS ORAIS SOBRE A MULHER NAS RELAÇÕES DE TRABALHO”. Nesta seção abordaremos os procedimentos da pesquisa que compreendem: descrição de aspectos histórico-culturais e socioeconômicos do município de Abaetetuba, levantamentos de dados acerca do local pesquisado, da metodologia adotada para o estudo e dos participantes da pesquisa. Aqui também sintetizaremos os dados da pesquisa inter-relacionando-os com os teóricos estudados, evidenciando os objetivos da pesquisa à luz da Análise do Discurso. Com as **CONSIDERAÇÕES FINAIS** o texto é encerrado.

1.1 - DISCURSO, ORALIDADE E ANÁLISE DO DISCURSO: UMA REFLEXÃO SOBRE A LINGUAGEM.

As sociedades humanas se organizam a partir de posturas regidas pela linguagem, essas posturas resultam de processos dialógicos e condutas atravessadas pelas ideologias. A comunicação humana, portanto, não se restringe a troca de informações de um código em funcionamento; ela é harmonia, mas também é conflito e negociação entre os interlocutores mediatizados pelos eventos culturais. José Carlos Cunha concebe que o estudo da língua não pode se limitar ao entendimento do código pelo código, ou seja: “não se pode analisar a competência linguística evacuando a competência ideológica sobre a qual ela se articula: não se pode descrever uma mensagem sem levar em consideração o co(n)texto e os efeitos que ela pretende obter”. (CUNHA *apud* KERBRAT-ORECCHIONI 1991, p.4). Nesse sentido, para a compreensão da língua em suas dimensões, sobretudo como forma de ação interativa por meio dos discursos, é imprescindível o estudo da “Análise do Discurso”, pois este, nos ajuda na compreensão da linguagem que norteia as relações sociais.

Para refletimos sobre a Análise do Discurso, é preciso compreender a noção de discurso. Iran Melo (2009) argumenta que nos estudos linguísticos existem diversas concepções para a definição de “Discurso”, mas que, embora não havendo consenso nas correntes de estudo do discurso há um denominador comum que é:

[...] o ideário de análise não focalizada no funcionamento linguístico, e sim na relação que o sujeito e esse funcionamento estabelecem reciprocamente. Ou seja, o objeto de estudo de qualquer análise do discurso não se trata tão somente da língua, mas o que há por meio dela: relações de poder, institucionalização de identidades sociais, processos de inconsciência ideológica, enfim, diversas manifestações humanas (MELO, 2009, p.3).

Percebemos que o discurso não pode ser entendido apenas como um enunciado independente, mas abrangente aos conhecimentos linguísticos e extralinguísticos, ou seja, relacionados aos fatores contextuais que se referem à atividade social e interacional, através da qual a língua funciona. Para Fernandes, o discurso, tomado como objeto da Análise do Discurso, não é a língua, nem a fala, mas necessita de elementos linguísticos para ter uma experiência material. O Discurso encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente linguística,

abrangendo aspectos sociais e ideológicos impregnados nas palavras quando elas são pronunciadas. (CLAUDEMAR FERNANDES, 2008, p.13).

O discurso, considerado como um objeto de estudo sobre a vida social engloba um conjunto de pensamentos, visões de mundo, criando um campo de conflito na linguagem, pois esta apresenta diferentes linguagens nas relações sociais. Para Fernandes, o conflito do discurso acontece porque o sujeito emana discurso de acordo com sua inscrição sócio ideológico a qual, tem existência nos processos históricos. (2008, p.16-17).

Partindo da premissa de que a linguagem é vista como “lugar de conflito” de “confronto ideológico”, Maria Clara Teles (1996) concebe que o estudo da linguagem não pode se dissociar de suas condições de produção (históricas e sociais) que constituirão suas próprias significações no texto (discurso): “As significações de um texto se ligam às condições históricas e sociais deste texto, que constituirão suas próprias significações. O ponto em que são articulados os fenômenos ideológicos e os fenômenos linguísticos é o *discurso*”. (1996, p.70). Vale a pena destacarmos que a expressão “texto” a que se refere a autora, é aplicada de forma genérica (por linguistas que tratam da comunicação verbal) para se referir a “discurso”.

Em se tratando dos fenômenos ideológicos, a “ideologia é imprescindível para a noção de discurso, não apenas imprescindível, é inerente ao discurso” (FERNANDES, 2008, p.17). Assim, se a ideologia é intrínseca ao discurso, podemos concluir que todo discurso é ideológico, mas afinal, o que vem a ser a ideologia? Como se estabelece sua relação com a linguagem? Fernandes (2008) define ideologia como:

[...] uma concepção de mundo do sujeito inscrito em determinado grupo social em uma circunstancia histórica. Linguagem e ideologia são vinculadas, esta se materializa naquela. Ideologia é inerente ao signo em geral. Sendo assim, diante de toda e qualquer palavra enunciada, procuraremos verificar qual (ou quais) ideologia(s) a integram. (FERNANDES, 2008, p.21).

Podemos entender que a ideologia diz respeito aos ideais, princípios, valores e convicções de sociedade em que cada grupo social centra suas atividades, visando seus próprios interesses e objetivos. É através dos discursos, inclusive contido em cada palavra, que a ideologia se manifesta. Claudiana Narzetti, em seus estudos sobre

Análise do Discurso em Pêcheux, explica que Althussser define ideologia, de modo geral, como: “um sistema (possuindo a sua lógica e o seu rigor próprios) de representações - imagens, mitos, ideias ou conceitos segundo o caso - dotado de uma existência e de um papel histórico no seio de uma sociedade dada” (ALTHUSSER; *apud* NARZETTI, 2011, p. [pdf] 1979, P.204).

Com relação à ideologia como um sistema de representações, Narzetti explica que a ideologia é uma representação que faz alusão ao real, mas o que ela oferece do real é, na verdade, uma ilusão, oferece um conhecimento do mundo, que é, na verdade, o seu reconhecimento do desconhecimento:

Na ideologia os homens exprimem, com efeito, não as suas relações nas condições de existência, mas a maneira como vivem a sua relação às suas condições de existência: o que pressupõe, ao mesmo tempo, relação real e relação “vívida”, “imaginária” [...] não constituem um conhecimento verdadeiro do mundo que representam. Podem conter elementos de conhecimento, mas estão sempre integradas e submetidas ao sistema de conjunto das representações, que é necessariamente, um sistema orientado e falseado, um sistema dominado por uma falsa concepção do mundo. (ALTHURSSER, *apud*; CLAUDIANA NARZETTI 2011,p.[4 pdf]).

Ainda sobre a ideologia como fenômeno ilusório, vale destacar a compreensão do termo “ilusão” a que se referem os pensadores ideológicos. Mariana Chauí explica que não devemos entender “ilusão” como sinônimo de “ficção”, “fantasia”, “invenção gratuita e arbitrária”, “erro”, “falsidade”, pois com isto suporíamos que há ideologias falsas ou erradas e outras que seriam verdadeiras e corretas. Por ilusão devemos entender: *abstração e inversão*. Abstração, no sentido de aceitarmos o conhecimento de uma realidade tal como nos é oferecido, como algo dado, feito e acabado, classificado e sistematizado sem nunca indagar como tal realidade foi concretamente produzida. Inversão no sentido de tomar o resultado de um processo como se fosse seu começo, tomar os efeitos pelas causas, as consequências pelas premissas, o determinado pelo determinante. (1992, p.104).

No que concerne à relação da ideologia com a sociedade, Narzetti explica que a ideologia tem duas funções: uma geral, que se aplica a todas as sociedades (as de classes e as sem classes) e uma que é exclusiva da sociedade de classes. A ideologia geral tem a função de garantir a coesão dos indivíduos na sociedade: ela determina o

papel social que cada indivíduo deverá exercer, assegurando as relações sociais. No que concerne à ideologia exclusiva das sociedades de classes, sua função é assegurar a dominação de uma classe sobre as outras. Para alcançar esse objetivo, a ideologia precisa levar dominados e dominadores, a aceitarem como real e justificada a sua relação vivida com o mundo pois todas as classes estão submetidas à ideologia (2011,p.- [4 pdf]).

Observamos que os fenômenos ideológicos estão no cerne do discurso, ou seja, todo discurso é ideológico e a ideologia (ainda que implícita) tem uma função justificadora no discurso. Maria Clara Teles enfatiza que o discurso constitui processos de significação que sobreleva o imaginário que rege a sociedade. Para consolidar as ideias e alargar o poder, a ideologia lança mão de discursos retóricos, materializado através do diálogo (1996, p.65). Vale lembrar que o uso da retórica é um instrumento de persuasão, pois é a arte de falar bem em público de forma organizada, estruturada, onde o orador se expressa eloquentemente com o objetivo de influenciar, os ouvintes.

1.2 – DIALOGISMO, ALTERIDADE E POLIFONIA: ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO DISCURSO.

O homem nasce com a necessidade de se comunicar e a língua é o veículo usado para atender a essa necessidade de expressão. Maria Bernadete Oliveira (2006) explica que Bakhtin – grande pesquisador da história e evolução da linguagem humana - considera a linguagem como um processo de interação, mediado pelo diálogo. O diálogo é entendido, não apenas no sentido genérico, como expressão e comunicação de indivíduos entre si para transmissão de um saber, mas é visto a partir da relação intrínseca com a linguagem:

O conceito de diálogo[...] pode ser pensado em sua relação intrínseca com a linguagem. Linguagem que é constituída nas relações sociais intersubjetivas e destas relações sendo constitutiva, porta valores e significações múltiplas, diferenciadas, contraditórias, que transitam no funcionamento discursivo, entre o “já-dito” e o “ainda não-dito”, estabelecendo-se entre a pluralidade de vozes instauradas, relações dialógicas as mais diversas possíveis. (OLIVEIRA, 2006, p. 32).

O discurso é construído a partir do “já-dito” (o dito do outro, do locutor externo) e o ainda não-dito, (referente a subjetividade do interlocutor sobre o que foi dito). Podemos concluir que tudo o que falamos, é baseado em discursos exteriores, para sermos mais objetivas; não há discurso autêntico no funcionamento da linguagem e a cada discurso pronunciado, o receptor faz inferências e tira suas próprias conclusões no processo de diálogo.

O dialogismo segundo a visão bakhtiniana é o processo de interação entre textos (enunciados) que ocorre na Polifonia, que são as diferentes vozes do discurso. O texto não é visto isoladamente, mas sim correlacionado com outros discursos similares ou próximos. O dialogismo é necessário para a compreensão de um enunciado, pois este requer a participação de um terceiro que acaba introduzido no enunciado na medida em que a compreensão é exigida por ele.

O dialogismo primário, desdobrado em seus dois movimentos de construção do discurso a partir do já-dito alheio, de um lado e, da orientação para a subjetividade do interlocutor, de outro. [...] tudo o que me diz respeito a começar pelo meu nome... vem do mundo exterior, da boca dos outros... a consciência do homem desperta envolta na consciência do outro...,(BAKHTIN *apud* OLIVEIRA, 2006, p. 32).”

Bakhtin vê o modo de pensar e agir dialógico em sua relação com o outro como um processo de Alteridade, entendida como a capacidade de se colocar no lugar do outro na relação interpessoal e dialogar, sendo este processo essencial na construção social da mente. Não há como pensar o ser humano de forma individual e independente, haja vista que o “outro” exerce grande papel na constituição do “eu”, pois:

[...] o acabamento do eu vem de fora, é outro que nos completa, pois só ele, pela posição que ocupa – exotopia¹ - pode ver o que não temos pelo excedente de visão. Porém o lugar de onde vejo o outro e de onde ele me vê não é fixo, não é qualquer lugar. É sempre um lugar social, valorado, que significa. (BAKHTIN *apud* OLIVEIRA, 2006, p. 37).

A essa forma de Exotopia, valorização de um lugar, onde os papéis sociais que se agregam à fala produzem mais efeito de poder, é que Ingo Voese denomina de

¹ Significa desdobramento de olhares a partir de um lugar exterior. Etimologicamente a palavra **exotopia** é formada pelo prefixo "ex" que significa fora e "topos" que significa lugar. Olhar externo. Visão que o outro tem de mim e que não posso ter

“Lugar da Enunciação”. O lugar da enunciação diz respeito a uma forma de valorização de um lugar social, ou seja, o que se diz (ou não diz) e se faz (ou não faz) em um determinado lugar social tem mais ou menos prestígio e poder. É a distribuição dos papéis sociais de acordo com os lugares sociais que os indivíduos ocupam. Há valores de papéis sociais que se agregam à fala, conferindo-lhe maior ou menor força para produzir efeito de poder. (2004, p.37-38).

Ainda sobre o conceito de Alteridade desenvolvido por Bakhtin, observamos que ele vê o fenômeno da alteridade como uma relação de complementação (do “eu” frente ao “outro”) e não como uma total dependência na formação da identidade. A ideia de não ser indiferente ao “outro”, em momento algum, pressupõe uma identidade total do “eu” com o “outro”, pois, na visão bakhtiniana, isso implicaria na perda da singularidade do “eu” e do seu próprio lugar. A alteridade aparece como uma dimensão dialógica, na qual o “outro” completa e dá acabamento ao “eu”, enquanto este “eu” também compreende a subjetividade do “outro” a partir de seu próprio ponto de vista, tornando-se complexa. Desta forma a relação de alteridade deixa de funcionar como um movimento unilateral (OLIVEIRA, 2006, p. 37).

Percebemos que é na relação com a alteridade que os indivíduos se constituem. Isso se dá pelo fato de que a verdade não se encontra em apenas um indivíduo, mas na interação com o outro, vivenciada por meio do diálogo. O diálogo envolve a inter-relação entre o “eu” e o “outro”, ou seja, da intersubjetividade, que é a capacidade do ser humano de se relacionar com seu semelhante.

A inter-relação envolvida no diálogo não se refere à inter-relação dos estudos sintáticos da língua, isto é, a “sintaxe da palavra” que envolve os elementos da estrutura da sentença e das regras que regem a combinação das sentenças em Sequências mas, diz respeito às réplicas do diálogo, como afirma Pereira:

A inter-relação que se estabelece entre o discurso do outro assim inserido e o resto do discurso (pessoal) não tem analogia com as relações sintáticas existentes dentro dos limites de um conjunto sintático simples ou complexo [...] essas inter-relações têm analogia (sem serem, é evidente, idênticas) com as relações existentes entre as réplicas do diálogo. (MARIA ERMANTINA PEREIRA, 1997, p.318).

Entendemos que a alteridade observada no diálogo entre o “eu” e o “outro” não se restringe ao sistema codificado da língua, mas diz respeito ao plano do efeito de sentidos entre os sujeitos em interlocução. A inter-relação, ou relação mútua de complementariedade observada no discurso, resulta dessa interação verbal.

A atividade verbal é, na realidade, uma interatividade entre dois parceiros, cuja marca nos enunciados encontra-se no binômio EU-VOCÊ da troca verbal. A manifestação mais evidente da interatividade é a interação oral, a conversação, em que os dois locutores coordenam suas enunciações, enunciam em função da atitude do outro e percebem imediatamente o efeito de suas palavras sobre o outro. (MAINGUENEAU, 2008, p. 53).

Para Maingueneau, a interação oral é a manifestação mais evidente da interatividade pois o efeito de sentidos é imediato pelo fato dos interlocutores serem cúmplices da ação verbal. Antunes comunga dessa ideia ao afirmar que a oralidade – uma das ações da comunicação verbal – é uma atividade interativa, ou seja, uma atividade que é realizada, conjuntamente, por duas ou mais pessoas cujas ações se interdependam na busca dos mesmos fins. Assim, o que cada um faz depende daquilo que o outro faz também ao passo que a iniciativa de um é regulada pelas condições do outro, e toda decisão leva em conta essas condições”. (2003, p.45).

Outro ponto importante a considerar, como já foi mencionado, é que na interação entre os sujeitos do discurso, emanam diferentes vozes que são produzidas a partir dos diversos papéis sociais desempenhados pelos interlocutores, ou seja, o lugar histórico-social será determinante nas vozes do discurso e na defesa das ideologias representadas. Fernandes, (2008, p. 24-31) explica que o fato de o discurso ser heterogêneo (composto por diferentes vozes), na Análise do Discurso essa heterogeneidade recebe o nome de Polifonia (Poli = muitos; Fonia = vozes). Bakhtin desenvolveu a noção de Polifonia na qual entende que, as vozes do discurso, socialmente organizadas possibilitam o estabelecimento das relações sociais.

Para a interação entre os sujeitos do discurso Bakhtin denomina de Dialogismo, ou seja, a relação entre o “eu” e o “outro” nos processos discursivos. O “outro”, compreende o mundo social no qual o sujeito se insere. Assim: “Dialogismo, Polifonia e Heterogeneidade constituem categorias discursivas que propiciam reflexões visando à compreensão do sujeito discursivo” (FERNANDES, 2008, p. 31).

Para entender o entendimento de todas as categorias aqui mencionadas, destacamos a importância da Análise do Discurso – um campo do conhecimento cientificamente construído – que nos ajudará a visualizar os efeitos de sentidos presentes na interdiscursividade.

1.3 – A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE DO DISCURSO PARA A SOCIEDADE

O autor Ingo Voese em seus estudos sobre a análise do discurso explica que a língua não é apenas um instrumento de comunicação cuja função predominante seja a representação de algo. Ela não se resume a códigos visto que os seus enunciados remetem a diferentes significados. A língua não é exata e precisa, uma vez que, cada palavra pode ter um sentido que é social, mas também um sentido individual que não pode ser verbalizado, por isso as convenções e uso da língua não devem ser entendidos como algo simples em virtude da complexidade que lhes são inerentes. (2004, p. 29-31).

Nesse sentido, Voese (2004) destaca a importância da Análise do Discurso para desmistificar questões relacionadas à linguagem e compreender as vozes sociais que se fazem presentes no discurso produzidos no Ato da Fala², pois este inclui fatores linguísticos e extralinguísticos para a constituição dos sentidos e contribuição de modo decisivo com o processo de significação.

O Ato da Fala também deve ser compreendido como um “Evento Cultural” que, segundo Voese são as “regras” que regulam os papéis sociais: (...) “O uso da língua, em determinado contexto, possibilita não apenas uma informação e um ato de fala, mas também a manifestação de um traço cultural da sociedade, isto é, uma valoração de condutas sociais”. (2004, p.36).

O estudo da Análise do Discurso vem a contribuir no entendimento de vários aspectos do processo de interação social e também nas relações de diferentes esferas do ensino, sobretudo da língua. Uma das funções apontada pelo autor é a de Mediação, ou seja, a função de “mediar a apropriação do instituído social”. Por meio do discurso podemos avaliar se o enunciador se submete ou se rebela aos valores sociais instituídos. Nos discursos são apresentadas diferentes vozes e estas são apropriadas

² O uso da língua para a interação.

de vozes externas, isto é, tudo o que falamos é baseado em falas anteriores, em tipos de discursos já pronunciados que podem ser pedagógico, político, religioso, filosófico, dentre outros.

A análise do discurso avalia as enunciações, observando como os enunciadores se apropriam de outras vozes, na perspectiva de entender (através das pistas presentes nas falas) as relações entre o instituído social e as atividades dos indivíduos, com fim de manter ou superar os valores instituídos na sociedade:

As enunciações deverão ser observadas como resultado do modo como essa apropriação foi feita, o que significa buscar localizar nelas as marcas ou pistas tanto da manutenção como da superação do instituído, ou seja, pistas da relação entre o instituído social e as atividades dos indivíduos em interação. (VOESE, 2004, p.107).

O instituído social está sempre ligado a uma ideologia dominadora. Essa ideologia justifica o sistema de dominação, ao passo que a autoridade, sujeito da dominação, faz conhecido o seu poder como autêntico, fazendo com que os indivíduos de determinado grupo social aceitem de modo passivo a esse sistema de dominação, onde as relações de poder são estabelecidas.

Toda autoridade procura, segundo seus sistemas políticos, legitimar-se e, para tal, é necessário que haja correlativamente uma crença por parte dos indivíduos nessa legitimidade. Como a legitimidade da autoridade demanda mais crença do que os indivíduos podem dar, surge a ideologia como sistema justificador da dominação. (BRANDÃO *apud* MARIA CLARA TELES, 1996, p. 68).

O discurso vai além da função comunicativa da linguagem, pois ele é também ideológico. Cada grupo social tem suas ideias centradas em um ideal de sociedade visando seus próprios interesses e objetivos e a ideologia é um instrumento importante para justificar a dominação nas relações de poder instituídas socialmente.

Voese concebe que as ideias formadoras do ideal de sociedade que cada grupo social defende, denominada por ele de ideias-chave (ou referências), tem função positiva para o sistema político de organização social porque sem elas, o grupo ficaria sem rumo e se enfraqueceria rapidamente. O discurso é quem media, portanto, a ideologia, isto é, o discurso é sempre ideológico. Assim, a Análise do Discurso permite a reflexão sobre as relações de poder existente em sociedade. (2004, p.55).

Outra contribuição importante da Análise do Discurso é o entendimento de que os discursos enquanto Mediação são “Acontecimentos”. Eles observam não só uma situação imediata da enunciação, mas também um contexto mais amplo e histórico a fim de entender sentidos do enunciado. No entanto, esse contexto histórico não é estático, ele se modifica constantemente, assim, a análise do discurso não se limita a observação de uma situação imediata particular sem considerar o contexto histórico mais amplo para a produção de sentidos. (VOESE, 2004, p.41-44). Sobre esse assunto, Fernandes conclui que:

A análise destina-se a evidenciar os sentidos do discurso tendo em vista suas condições sócio históricas e ideológicas de produção. [...] A noção de discurso implica, nesse processo, considerar as condições histórico-sociais de produção que envolvem o discurso (FERNANDES, 2008, p. 15-16).

Ademais, Voese aponta também como função da análise do discurso, o entendimento da concepção de língua como reflexo da realidade social, que se faz, como discurso, refração e mediação onde, a função que o discurso assume, apoiado na materialidade linguística é de produzir sentidos. A língua, enquanto sistema é *reflexo* da realidade social. No entanto ela é refração – se desvia da sua direção de origem – por ser usada na interação social, pois abre possibilidade para os “arranjos” e “jogos” do uso da língua, recursos retóricos dos quais se pode valer, por exemplo, a ação ideológica.

A língua enquanto conjunto estruturado de elementos dos quais o anunciante se apropria para enunciar, é reflexo da realidade construída pelos homens. E é refração quando acionada na interação social, completando, assim, esse movimento paradoxal e contraditório que se instala com a produção do discurso. (VOESE, 2004, p. 67).

Sobre a língua como *Reflexo* da realidade social, Voese cita vários exemplos, vejamos alguns: os conflitos sociais que envolvem disputas de poderes, introduzindo dicotomias lexicais na língua; os interesses que movem os indivíduos ao enunciarem, levando-os a um esforço específico, por meio de escolhas lexicais, para conseguir a adesão e convencimento dos outros; as diferenças dos lugares sociais que correspondem a variações da língua e que tem, por isso, mais ou menos prestígio social.

No que concerne ao uso da língua como *Refração*, dentre os exemplos citados por Voese, elencamos: as estratégias discursivas que podem representar um recurso valioso no jogo de poder; os elementos da língua que, pelo fato de permitirem diferentes modos de dizer uma mesma coisa, podem ser usados para produzir efeitos favoráveis ou contrários; a utilização do caráter polissêmico e ambíguo das palavras; a escolha – comprometedora – de itens lexicais dentro escalaridade linguística e a falsa analogia que é uma estratégia que tem por objetivo confundir a avaliação do interlocutor. (2004, p. 67-72).

Desta forma, percebemos que a Análise do Discurso é importante para o entendimento dos processos ideológicos historicamente construídos nos grupos sociais e que, no que concerne aos papéis sociais, as relações de gênero e a divisão do trabalho por sexo, por exemplo, a análise do discurso vem a contribuir para a compreensão, a partir dos enunciados orais, de qual ideologia vem sendo defendida nos grupos sociais. Tratando-se especificamente da presente pesquisa, investigaremos como os sentidos acerca das relações de trabalho na comunidade rio Quianduba são construídos ou manifestados nos discursos dos ribeirinhos que vivem nesse local.

SEÇÃO II - A SITUAÇÃO DA MULHER NAS RELAÇÕES DE TRABALHO NA AMAZÔNIA PARAENSE.

Na Amazônia paraense os sistemas de produção camponeses abrangem diversas categorias produtivas nas diferentes formas identitárias, como por exemplo: agricultores, agroextrativistas, pescadores, ribeirinhos, quilombolas e indígenas; os quais desenvolvem atividades nos múltiplos sistemas de trabalho no campo. No que concerne à inserção da mulher nesse cenário, bem como as lutas por elas encaminhadas para um processo de democracia e cidadania são leituras importantes a se fazer na perspectiva de identificar como acontecem as relações de trabalho nesses espaços. No entanto, para chegarmos a esse ponto é necessária a reflexão sobre alguns aspectos históricos de como o movimento de mulheres no Brasil e na Amazônia tem se desenvolvido nas últimas décadas em virtudes das transformações socioculturais e como suas lutas têm contribuído para a garantia legal de direitos e emancipação do gênero feminino.

Observa-se que constitucionalmente a mulher tem igualdade de direitos em relação aos homens, no entanto para que esses direitos sejam efetivamente reconhecidos e respeitados é preciso haver uma consciência crítica sobre os direitos humanos e relações de gênero, porque afinal, qual a concepção a respeito da “mulher”, ou seja, o que vem a ser mulher na categoria de divisão do trabalho por gênero? Nesse sentido, conduziremos nossa reflexão partindo da indagação do que vem a ser “Mulher” nesse contexto.

2.1 – O QUE É MULHER?

O termo “mulher”, (do latim *muliere*), do ponto de vista biológico e anatômico, refere-se a um ser humano adulto do sexo feminino. Na infância, normalmente é denominada em português como "menina" e, na adolescência, como "moça". O uso mais específico da palavra mulher está vinculado à pessoa do sexo feminino que já tenha chegado à sua puberdade ou à idade adulta. Por conseguinte, a menina passa a ser mulher, de acordo com os padrões culturais, a partir da sua primeira menstruação. O termo "mulher" é usado para indicar tanto distinções sexuais biológicas quanto distinções socioculturais. (WIKIPÉDIA.ORG/WIKI/[MULHER]).

Na visão bíblica, a mulher foi feita a partir de uma costela do homem (Adão), significando, com isso, que ela é a companheira, ou seja, está a seu lado, tal qual as costelas. O osso da costela alude à igualdade entre homem e mulher, dado que não foi utilizado um osso inferior (um osso do pé, por exemplo), nem um osso superior (do crânio, por exemplo), mas sim um osso do lado. Outra interpretação, em sintonia com a primeira, lembra que a mulher é protetora da vida, dado que os ossos da costela protegem o coração. (WIKIPÉDIA.ORG/WIKI/MULHER).

No entanto, o movimento Feminista faz uma distinção na definição do termo “mulher”, como sexo ou gênero feminino. Patrícia Mourão explica que o termo “sexo” está relacionado ao âmbito biológico-anatômico enquanto que o termo “gênero” aplica-se ao âmbito da construção cultural. Ou seja, os sexos - macho e fêmea - são categorias biológicas e o gênero – masculino e feminino - são categorias construídas socialmente (B. TAPIA; *apud* PATRÍCIA MOURÃO, 2004, p. 81).

De acordo com a visão do movimento feminista, o conceito de gênero está mais ligado aos papéis sociais que cada pessoa, homem ou mulher, desenvolve: [...] “Ser homem ou ser mulher não depende só de nascer macho ou fêmea, mas corresponde a assumir e desempenhar papéis e funções nas relações com outras pessoas que a sociedade aponta como sendo masculinas e femininas” [...]. (M. VIEZZER, 1989 p. 108).

Homens e mulheres desenvolvem diferentes papéis baseados em seus sexos. Esses papéis diferem de acordo com a sociedade, o lugar e sofrem modificações de acordo com as transformações sociais. Nesse sentido, Patrícia Mourão concebe que:

Gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e uma forma primária de dar significado às relações de poder e constitui-se por quatro aspectos: o caráter relacional, a designação das relações sociais entre os sexos, a indicação de construções culturais e referencia as origens sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres (2004, p. 81).

A mulher é capaz de realizar trabalhos econômicos, sociais, políticos e outros no espaço onde se engloba. A inserção das mulheres no mercado de trabalho se deu através da necessidade de ajudar seus maridos, no sustento da casa complementando assim a renda familiar e buscando a independência financeira da mesma. Elas buscam

desde cedo por um espaço no mercado de trabalho sem discriminação e preconceitos, com igualdade e respeito a seus direitos.

Segundo Souza Lobo, no passado, inserir a mulher no mercado de trabalho trazia benefícios para a sociedade capitalista que parecia encontrar na mulher uma nova forma de trabalho jovem e dócil. Além do mais, as mulheres estavam dispostas a trabalhar ganhando baixos salários, sem tradição sindical. Os objetivos econômicos integravam as práticas sociais, onde a independência do grupo familiar era dominante e justificava os baixos salários, a precariedade das relações de emprego e o caráter provisório do emprego feminino (1991, p.166).

É importante destacar que a luta da mulher por melhorias e valorização no mercado de trabalho continua, pois as mulheres, ainda estão expostas ao preconceito e desvalorização na sociedade concernente ao trabalho que desenvolvem. Sobre a noção de trabalho, é importante refletirmos o que se entende por trabalho e qual o papel da mulher nessa categoria.

2.2 - TRABALHO E (DES)VALORIZAÇÃO DO TRABALHO

O trabalho é uma forma de sobrevivência, isto é, o ser humano precisa satisfazer suas necessidades com relação a moradia, alimentação, vestuário, e outros objetos de consumo, as quais serão supridas por meio do trabalho. O trabalho é de extrema importância para cada cidadão, pois o trabalho dignifica o ser humano. Ele não pode ser entendido apenas como sinônimo de emprego, com remuneração financeira, mas se estende a toda atividade humana realizada, com ou sem prestígio social; podendo ser prazerosa ou penosa, valorizada ou desvalorizada.

No que concerne à desvalorização do trabalho, no Brasil, ocorreu desde o período da colonização, acentuando-se no período da escravidão onde, crianças, homens e mulheres negras eram escravizados. Trabalhavam por longas jornadas de trabalhos e eram totalmente desvalorizados; não tinham seus direitos garantidos, trabalhavam forçadamente por meio de castigo físico, as mulheres foram as que mais sofreram nesse período.

A respeito da desvalorização do trabalho feminino, na atualidade, Fraser (2006, p. 234) argumenta que:

A desvalorização do trabalho feminino se expressa numa variedade de danos sofridos pelas mulheres, incluindo: a violência, a exploração sexual, a violência doméstica generalizada, as representações banalizantes, objetivadoras e humilhantes na mídia, o assédio e a desqualificação em todas as esferas da vida cotidiana e a sujeição às normas androcêntricas que fazem que as mulheres pareçam inferiores ou desviantes, o que contribuiu para mantê-las em desvantagens.

Podemos observar que a desvalorização do trabalho estava intimamente ligada à falta de leis que pudessem garantir os direitos da mulher. No decorrer do tempo, houve muitas mudanças com relação ao trabalho doméstico no Brasil. As leis trouxeram melhorias para as mulheres; a lei 5.859/72 garantiu que a empregada doméstica tivessem direitos como: registro em CTPS, salário mínimo fixado em lei, jornadas de trabalho não superior à 8 horas diárias e 44 horas semanais, seguro contra acidentes de trabalho, irredutibilidade do salário, horas extras - com no mínimo 50% de acréscimo sobre o valor da hora normal; adicional noturno- equivalente a 20% do valor da hora normal, décimo terceiro salário, repouso semanal renumerado preferencialmente aos domingos, férias proporcionais, acrescidas de 1\3 constitucional, férias em dobro, quando concedidas e pagas fora do prazo, salário família, vale transporte nos termos da lei e FGTS equivalente a 8% da renumeração dos empregados.

Hoje, mesmo com leis que garantem o direito dos empregados domésticos ainda existem desigualdades de funções, pois muitos são desvalorizados por empregadores que não cumprem de forma correta as leis e tem uma visão preconceituosa que o trabalho doméstico só é realizado por homens e mulheres que são desprovidos de “estudos”. Luana Braga acredita que o estudo, como condição para um trabalho valorizado está relacionado às novas ideologias do mercado capitalista, onde a competitividade vai se acentuando a cada dia.

É o conceito da empregabilidade que irá apresentar a nova tradução da teoria do capital humano sob o capitalismo global: a educação ou aquisição (consumo) de novos saberes, competências e credenciais apenas habilitam o indivíduo para a competição num mercado de trabalho cada vez mais restrito, não garantindo, portanto, a integração sistêmica plena (e permanente) à vida moderna. Enfim, a mera posse de novas qualificações não garante ao indivíduo um emprego no mundo do trabalho. [...] O que ocorre é a operação ideológica sutil de atribuir aos indivíduos, e apenas a eles a “culpa” pelo fracasso na sua inserção

profissional, demonstrando o poderoso recurso da psicologia do neoliberalismo de “culpabilizar” as vítimas (ALVES *apud* BRAGA *et al*, 2013, P. 5).

Se alguém não ascende na vida profissional, ideologicamente é pela culpa da própria pessoa que não buscou qualificação profissional. Pouca importância se dá, no mundo capitalista, às situações de oportunidade de trabalho, principalmente no que se refere ao papel social da mulher historicamente construído.

2.2.1- O papel da mulher na divisão do trabalho – aprofundando reflexões

Historicamente, os movimentos de mulheres conseguiram avanços muito importantes na sociedade, mas apesar desses avanços, observa-se que o machismo não é algo do passado, pois a economia privilegia o trabalho produtivo dos homens tornando invisível a maior parte do trabalho das mulheres, uma vez que as únicas atividades classificadas como “trabalho para mulher” seriam cuidar da casa, da família e dos filhos.

A respeito das desigualdades de gênero, Temis Parente e Olava Fernandes (2012, p. 177) argumentam que:

Ficam legitimadas as desigualdades de gênero quando estas estão ligadas à tendência de identificar as mulheres com a casa e os homens com a produção de tal modo que essa posição é referendada nas estruturas sociais: as mulheres são vinculadas à arena privada da casa e as relações pessoais, os homens à arena pública do comércio, da produção e da política.

As desigualdades vividas pelas mulheres no mercado de trabalho levam-nas a lutar pelos seus direitos e por reconhecimentos na sociedade, direitos relacionados a papéis econômicos, sociais e políticos. Nesse contexto o movimento de mulheres representa reivindicações e anseios no campo dos direitos civis, políticos e sociais. Esse movimento teve repercussões significativas, devido sua amplitude. Segundo Celi Regina Pinto, a trajetória do feminismo assinala algumas peculiaridades.

Desde suas primeiras manifestações, ainda no século XIX o movimento foi muito particular, pois desafiou ao mesmo tempo a ordem conservadora que excluía a mulher do mundo público, portanto, dos direitos como cidadã e também as propostas revolucionárias, que viam

nas lutas das mulheres um desvio da luta do proletariado por sua libertação. (PINTO, 2003, p. 9)

O movimento feminista foi necessário para compreender o surgimento do conceito de gênero entre homens e mulheres na relação de trabalho e de seus direitos por cidadania. A inserção da mulher no mercado de trabalho é de suma importância, porque gera benefícios para a sociedade. Segundo Ricardo Antunes:

A presença feminina no mundo do trabalho nos permite acrescentar que, se a consciência de classe é uma articulação complexa, comportando identidades heterogeneidades entre singularidades que vivem uma situação particular no processo produtivo e na vida social, na esfera da materialidade e da subjetividade, tanto a contradição entre o indivíduo e sua classe, quanto àquela que advém da relação entre classe e gênero tornaram-se ainda mais agudas na era contemporânea (ANTUNES, 1995, p. 46).

Percebe-se que as várias conquistas das mulheres com relação ao processo de lutas e reivindicações lhes garantiram direitos que no passado eram considerados inalcançáveis. Hoje, podemos dizer que mesmo com algumas dificuldades, as mulheres conseguem a inserção no mercado de trabalho, mais ainda lutam contra a discriminação, o preconceito e a igualdade salarial que é garantida por lei.

A Constituição Brasileira de 1988, no seu art. 5º, mantém o princípio da igualdade e equidade social ao afirmar que: “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...).” A lei assegura ainda no mesmo art.5º, I, a igualdade de direitos e obrigações entre homens e mulheres.

A Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), por meio do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, já assegura o direito a equiparação salarial. Em seu Art. 461, rege o seguinte termo: “Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, na mesma localidade, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, nacionalidade ou idade”. Percebe-se que o empregador que faz distinção de salário em um mesmo trabalho, quer seja desenvolvido por homens ou por mulheres, pagando menos à mulher do que ao homem, já está desrespeitando a lei (CLT) e a própria constituição que proíbe esse tipo de discriminação.

A partir da década de 80, a questão central da bandeira de luta do movimento feminista no Brasil foi a necessidade de organização das mulheres a fim de serem reconhecidas como sujeitos sociais e coletivos. Patrícia Mourão explica que:

Essa auto-organização necessária para a construção da identidade política das mulheres possibilitou o surgimento de comissões de mulheres em partidos, departamentos femininos de sindicatos, grupos de reflexão e associações de mulheres independentes, permitiu a participação das mulheres no processo Constituinte de 1986 e a conquista de direitos na Constituição de 1988 (MOURÃO 2004, p. 77).

Tratando do movimento feminista, especificamente no meio campesino, as mulheres inseriram-se em movimentos sindicais como o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Nesses espaços, desenvolveram vários papéis sociais tais como: produtoras rurais, organizadoras das atividades domésticas e de atividades nas mobilizações das organizações sociais. (MOURÃO, 2004, p. 77).

Podemos observar que esse novo cenário de inserção da mulher em atividades antes exclusivamente “masculinas”, não exclui sua função nas atividades domésticas. Na verdade, a mulher passa a agregar outras funções àquelas que já desenvolvia (de subserviência patriarcal), tornando-se assim “polivalente” ao desenvolver diversas funções

A respeito do papel da mulher na divisão do trabalho, as autoras Helena Hirata e Daniele Kergoat (2007) em seus estudos sobre as relações de gênero explicam que a divisão do trabalho por sexo tem sido objeto de estudo em vários países, mas que foi na França que teve grande impulso em virtude do movimento feminista nos anos 70.

Antes, as atividades de trabalho feminino eram mais restritas aos trabalhos “domésticos” os quais eram vistos na sociedade como um dever em nome do amor materno, portanto, natural. Entretanto, gradativamente, as análises de pesquisas no campo científico passaram a abordar o trabalho doméstico numa perspectiva profissional com divisão por sexo:

Pouco a pouco, as análises passaram a abordar o trabalho doméstico como atividade de trabalho tanto quanto o trabalho profissional. Isso permitiu considerar “simultaneamente” as atividades desenvolvidas na esfera doméstica e na esfera profissional, o que abriu caminho para se

pensar em termos de “divisão sexual do trabalho”. (HIRATA e KERGOAT, 2007.p. 599)

As autoras nos levam a refletir que hoje, apesar dos avanços no reconhecimento do trabalho feminino como profissional, ainda existe uma invisibilidade do trabalho feminino e um discurso ideológico que sustenta esses argumentos, sobretudo nas comunidades camponesas onde os paradigmas culturais são mais conservadores.

Nesse sentido, partimos da indagação de qual ideologia provem a atribuição à mulher como protagonista do trabalho doméstico, não reconhecido em detrimento do trabalho do homem como profissional. Para Norvas e Koller (2006) essas concepções tem suas raízes fundadas no modelo de família patriarcal, entendida como uma forma de organização familiar centrado na figura masculina como provedor e chefe das decisões do lar, representando a supremacia do homem em relação à mulher. As autoras concebem que o “Patriarcalismo” é um modelo familiar vigente no Brasil que teve como ponto de partida o modelo patriarcal, importado pela colonização e adaptado às condições sociais do Brasil de então, latifundiário e escravista:

A posição da mulher, na família e na sociedade em geral, desde a colonização até hoje, demonstra que a família patriarcal foi uma das matrizes de nossa organização social. As mulheres brasileiras, nas primeiras décadas do século XX, não haviam conquistado os direitos civis garantidos ao homem. Precisavam exigir seus direitos de cidadã e aumentar sua participação na vida pública. (2006, p.51).

Apesar da normatização patriarcal historicamente construída no Brasil, onde a história da mulher é marcada por normas de submissão, Norvas e Koller acreditam que as mulheres são capazes de resistência e subversão a essas práticas pois são plurais e o discurso de pluralidade rompe com o discurso patriarcal. (2006, p. 53).

2.3 - O TRABALHO FEMININO NO ESTUÁRIO PARAENSE

No que concerne às relações de trabalho feminino na Amazônia paraense, nos últimos anos as mulheres vêm se tornando mais ativas ganhando espaço dentro de uma nova categoria social. No entanto, apesar da ampliação da organização de luta

das mulheres na Amazônia, esse movimento ainda é bastante tímido frente ao número existente de mulheres. Observa-se que a grande maioria das mulheres paraenses, sobretudo as camponesas, ainda desenvolvem apenas atividades voltadas ao trabalho da agricultura familiar, como principal atividade econômica e as atividades domésticas, como mostra um estudo das pesquisadoras Cristian Silva e Lígia Simonian:

A mulher realiza na várzea atividades como a extração de frutos – com destaque para o açaí e a pesca, sendo esta última realizada em pequena escala e envolvendo peixes e camarões. Na terra firme as atividades femininas direcionam-se mais para agricultura de roçado e a criação de animais de pequeno porte – patos, galinhas, porcos e perus. Porém, é na várzea que as atividades se intensificam devido os meios de transportes mais utilizados na ilha dependerem das vias fluviais. Contudo, em ambos os ambientes, várzea e terra-firme, as atividades principais das mulheres ainda são a criação dos filhos e as atividades domésticas (SILVA e SIMONIAN, 2006, p. 9).

Analisando o papel da mulher no estuário amazônico, observa-se que as mulheres desenvolvem, além das atividades domésticas, atividades no âmbito da agricultura familiar, (representadas pelo cultivo de hortas, roçados e quintais), também dedicam-se à pesca artesanal de peixes e camarões. Nesse sentido, devemos entender o trabalho da agricultura familiar não como atividade restrita do cultivo do solo para a produção de vegetais mas também abrangente a outras atividades como a criação de animais, peixes, e outros trabalhos no solo que envolvam a família.

A prática da Agricultura familiar, entendida também como Agricultura Camponesa é uma atividade que consiste em um trabalho para manutenção da família e o excedente para o mercado. Ao mesmo tempo em que a família é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Segundo Patrícia Mourão (2004, p. 98) consiste em uma forma de trabalho desenvolvida pela família para geração de emprego e renda no campo, desenvolvendo formas alternativas de alimentos e envolvendo diversos segmentos como: camponeses, extrativistas e ribeirinhos que possuem diferentes estratégias de reprodução no meio ambiente.

A agricultura familiar, no seu conceito, incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares, amparada em um tripé: propriedade, trabalho e família. Há um destaque também para a questão da continuidade do trabalho familiar, da garantia

da reprodução familiar, definida pela autora como um projeto para o futuro. (WANDERLEY *apud* ELEM PESSOA, 2007, p. 22).

A agricultura familiar é responsável pela boa qualidade dos alimentos produzidos no campo por homens e mulheres que promovem a sustentabilidade. No Pará, Patrícia Mourão (2004, p.101) apresenta dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 1996 indicando que nesse período, a agricultura familiar representava 88,9% dos estabelecimentos agrícolas, ocupando cerca de 40% da área cultivada e era responsável por 58,6% do valor bruto da produção. Tratando especificamente do município de Abaetetuba, (lôcus desta pesquisa), 4.132 estabelecimentos são de agricultores e agricultoras familiares, o que representa 97,7% do total de estabelecimentos agrícolas. Ocupa 82% da área cultivada e são responsáveis por 38,6% do valor bruto da produção.

Na região ribeirinha, as mulheres agricultoras desenvolvem sistemas agrícolas sustentáveis nas comunidades onde vivem, a utilização desses conhecimentos é de grande interesse da agroecologia, como demonstra Navarro:

O sistema de conhecimento de tais cultivos, que compreendam aspectos linguísticos, botânicos, zoológicos, artesanais e agrícolas, foi produto da interação dos indivíduos com o meio ambiente, tendo sido transmitido por meios orais de geração a geração. Vários aspectos de tais sistemas são de grande interesse: o conhecimento sobre o meio físico, as taxonomias biológicas, o conhecimento acumulado na implementação de práticas agrícolas e o seu caráter experimental. (NAVARRO, 1994, p.14).

Os conhecimentos empíricos sobre a natureza são transmitidos de geração para geração, são construídos de forma diferenciada no espaço onde as próprias comunidades vivem e a maioria desses saberes foi preservada pelas sociedades tradicionais. Edgar Morin (2000, p.27), afirma que: “cada civilização possui um pensamento, racional, empírico, técnico e, também, um saber, simbólico, mitológico e mágico”. Nesse sentido, observa-se que o saber das mulheres não está concentrado apenas no espaço da casa, ou seja, em seus afazeres domésticos.

Mourão nos diz que, em geral, as mulheres participam de atividades agrícolas e extrativas, revezando entre os espaços da roça e da casa. Nesses espaços, as mulheres dedicam 50% do seu tempo às atividades da roça e 40% às atividades da

casa. Acabam desenvolvendo uma dupla jornada de trabalho. Em geral, um dia de trabalho das mulheres ultrapassa horas diárias. Mesmo assim, de maneira geral, impera a invisibilidade e a não valorização do trabalho realizado que, para os homens, é considerado apenas como ajuda. (2004, p. 120 – 121).

Como podemos observar o trabalho da mulher o no campo está voltado principalmente às atividades da agricultura familiar. Essa atividade abrange os dois espaços de configuração geográfica referentes ao campo abaetetubense que são: espaço de terra-firme, representado por estradas e ramais e o espaço ribeirinho, representado pelas ilhas. No que concerne ao estuário abaetetubense, observa-se que este, é tem como principal atividade econômica a agricultura familiar, a pesca e atividades oleiro-cerâmica e artesanais.

Nesse sentido, destacamos a relevância de nossa proposta de projeto de pesquisa pois, através dela, conheceremos um pouco mais dos elementos constituintes da localidade Rio Quianduba, a qual se constitui como lócus desta pesquisa, no sentido de avançar na construção dos saberes a respeito dos aspectos sociolinguísticos e socioculturais, observando traços da identidade do povo ribeirinho, sobretudo no que tange a ideologia de gênero estabelecida nas relações sociais e construída por meio dos discursos orais.

SEÇÃO III – OS DISCURSOS ORAIS SOBRE A MULHER NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Entendendo a pesquisa acadêmica como um exercício constante de criticidade e reflexão sobre a realidade, neste trabalho buscaremos a reflexão das teorias e suas relações com a realidade pesquisada no que concerne a ideologia sobre o papel da mulher na divisão do trabalho ribeirinho, na possibilidade de novas alternativas para um ensino da língua que pressupõe a problematização e compreensão da formação ideológica que vem sendo defendida na realidade pesquisada. A formação ideológica refere-se ao conjunto complexo de atividades e de representações que não são nem “individuais” nem “universais”, mas se relacionam mais ou menos diretamente com as posições de classes em conflito umas com as outras, produzindo os sentidos. (FERNANDES, 2008, p. 49).

Portanto, a pesquisa não deve se constituir apenas como caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais; Implica em produzir conhecimentos a respeito do uso da língua, que venham contribuir para a reflexão de uma determinada visão de mundo, ligada a de seus sujeitos e de seu universo sociocultural. Nessa perspectiva foi desenvolvida a presente pesquisa na comunidade rio Quianduba, município de Abaetetuba-PA.

3.1 - CENÁRIO DA PESQUISA – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O percurso metodológico deste Trabalho de Conclusão de Curso – TCC foi desenvolvido utilizando como método de pesquisa, a Pesquisa Bibliográfica e Pesquisa de Campo. Desenvolvemos a Pesquisa de Campo na localidade rio Quianduba Ilhas de Abaetetuba-Pará, para a coleta e análise de dados, inter-relacionando-os com os objetivos da pesquisa.

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram: a observação direta, registros fotográficos e entrevistas, com roteiro de perguntas abertas as quais foram gravadas em áudio com permissão dos entrevistados e depois transcritas. As questões foram referentes ao trabalho no campo ribeirinho; o trabalho tanto na agricultura familiar quanto no lar; investigando se há ou não distinção de trabalho entre homens e

mulheres; observando nos discursos orais o que é dito e o que é silenciado. Foram entrevistados oito moradores ribeirinhos (quatro homens e quatro mulheres pais e mães de família) na faixa etária de 25 a 55 anos de idade, no período de dez de setembro a 14 de outubro de 2017. As entrevistas (em apêndice) permitiram uma abordagem livre do assunto e, em determinados momentos, intervenções com discretas interrogações de conteúdo ou com sugestões que contribuíram com a pesquisa. Fiorentini e Lorenzato, (2006 p. 120), explicam que o trabalho de pesquisa com entrevista é importante porque a entrevista, além de permitir uma obtenção mais direta e imediata dos dados, serve para aprofundar o estudo. A entrevista gravada é particularmente indicada para pessoas de pouca instrução e que têm dificuldade de se expressar por escrito, como preencher um questionário, por exemplo.

3.2 - LÓCUS DA PESQUISA

O município de Abaetetuba localiza-se no Nordeste do Pará-Brasil, situado geograficamente na Microrregião de Cametá e Mesorregião do Nordeste Paraense. O município de Abaetetuba, abrange uma extensão territorial de 1.610,743 km² e uma população estimada em 141.054 habitantes. (WIKIPEDIA 2017).



Gráfico 01: O município de Abaetetuba no Pará.
Fonte: Wikipédia 2017.

O município de Abaetetuba apresenta o clima comum da região Amazônica, equatorial e super úmido, com precipitação anual em torno dos 2000 mm e temperatura média em torno de 27°C. Apresenta duas estações bem definidas, uma chuvosa que se estende de janeiro a julho com maior precipitação nos meses de Janeiro, fevereiro e março, a outra, menos chuvosa que vai do mês de abril a julho, com menor precipitação nos meses de agosto a novembro (JORGE MACHADO, 2008).



Figura 01: Cidade de Abaetetuba.

Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=cidade+de+abaetetuba&num>.

Abaetetuba possui uma extensa rede hidrográfica, formadas de rios navegáveis em quase toda sua extensão, e incontáveis furos e igarapés que formam cerca de 72 ilhas, O Rio Tocantins é o principal entre eles e, no município recebe o nome de Maratauíra. Este rio separa a zona de terra firme, situada a leste do município, da zona das ilhas, a oeste. Nesta zona, destacam-se os rios Piquiarana, Arapapu, Acaraqui, Genipaúba, Ipixuna, Jaurá, Jarumã, Traíra-Miri, Guajará, Arapiranga e Uruaenga (pela

margem direita) e os rios Tucumanduba, Quinduba, Maracapucu, Arumanduba, Paramajó e Caripetuba (pela margem esquerda). (MOURÃO, 2004, p. 30).

3.2.1 - Processo histórico, econômico e formação do município de Abaetetuba

A história do município de Abaetetuba está intimamente ligada a festa religiosa de Nossa senhora de Conceição comemorada pela igreja católica no município. No ano de 1724 Francisco de Azevedo Monteiro, português de nascimento, atraído por promessas de riquezas, viajou de Belém para tomar posse de uma Sesmaria³ situada no rio Jarumã.

Segundo Jorge Machado (2008), Francisco Monteiro viajou com toda sua família, para a sua propriedade, no entanto em oito de dezembro de 1724, dia consagrado (pelos católicos) à Nossa Senhora da Conceição, sua embarcação foi apossada por violenta tempestade e desviou-se da rota. Temendo pela vida de sua família, Monteiro prometeu a sua tempestade à santa que, caso encontrasse salvação, no local onde aportasse construiria uma capela em sua homenagem.

Conseguiu aportar no local em que hoje se localiza o chamado “Cruzeiro”, às margens do rio Maratauíra, então Monteiro, com a ajuda dos nativos que viviam na região e de sua comitiva, construiu a capela, como pagamento da promessa e em seguida, tomou posse da terra e comunicou o fato ao governador da Província do Pará. E assim, o lugar foi povoando pouco a pouco, como esclarece Machado:

(...) Assim teve início o culto à Imaculada Conceição, a padroeira dos abaetetubenses, tradição religiosa ligada definitivamente à história de Abaetetuba. Construída a capela, em torno da mesma se foram agrupando alguns casebres dando origem a um povoado. A este, Francisco Monteiro denominou Povoado de Nossa Senhora da Conceição de Abaeté. (JORGE MACHADO, 2008 p. 8).

Com o passar dos anos, não encontrou terras ricas em cravo - uma das “drogas do sertão” – e então desiludido, Monteiro desistiu da Sesmaria e retornou à Belém com sua família. Em 1773, algumas famílias vindas do Marajó acabaram por se instalar na antiga Sesmaria de Francisco Monteiro, dando início a um povoado. Entre elas, veio junto Mariana Brites, que se juntou a André Soares Muniz, natural da Vila de

³ Lote de terra não cultivado que os reis de Portugal cediam a quem dispusesse cultivá-lo.

Beja, município de Abaetetuba. Dessa união nasceu uma menina, Tereza, que se casou com Manoel da Silva Raposo. Este, estimulado pela sogra, reconstruiu a capela de Nossa Senhora da Conceição. O trabalho de Manoel Raposo em prol do povoado, fez com que o governo concedesse a ele a posse da Sesmaria. Próximo ao final de sua vida, Raposo acabou por doá-la à Mitra Diocesana (PORTAL AMAZÔNIA, 2017).



Figura 02: Praça e Igreja de N. Sr.^a da Conceição na Cidade de Abaetetuba.
Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=cidade+de+abaetetuba&num>.

Cento e cinquenta e seis anos mais tarde, em 1880, o município foi desmembrado do território da capital do Estado para ser constituído como autônomo e um ano depois, em 1881 foi instalado, pelo presidente interino da Câmara em Belém, José Cardoso da Cunha Coimbra, a Câmara Municipal de Abaeté. Em 1895, o governador Lauro Sodré assinou a Lei nº 334, de 6 de julho, elevando Abaeté à categoria de Cidade, sendo instalada oficialmente no dia 15 de agosto do mesmo ano, data esta, em que se tornou oficialmente comemorativa ao aniversário de Abaetetuba.

O nome primitivo do município era Abaeté, junção dos termos **abá** ("*homem*") e **eté** ("*verdadeiro*") que na língua tupi, significa "*homem verdadeiro*"; porém, em 1943 por meio do Decreto Lei nº 4.505, foi-lhe acrescentado o sufixo **tuba** ("*ajuntamento*"), formando assim o nome **Abaetetuba**, para diferenciá-lo do município homônimo do estado de Minas Gerais. Portanto, Abaetetuba significa, na língua tupi, "*ajuntamento de homens verdadeiros*" (MACHADO, 2008).

Atualmente, o Município é composto pelos distritos de Abaetetuba (sede) e a vila de Beja, os quais formam a região urbana que cresceu e se desenvolveu as margens do Rio Maratauíra, um dos afluentes do Rio Tocantins. O espaço do campo abaetetubense é formado pelos solos da zona de Terra Firme (estradas e ramais) e pelos solos de várzea na zona Ribeirinha. Abaetetuba é a sexta maior cidade do estado do Pará e cidade polo de uma região que abrange os municípios de Moju, Igarapé-Miri e Barcarena. Passa por um momento de crescimento econômico acelerado principalmente nos ramos do comércio e serviços, que são sua principal atividade econômica (MACHADO, 2008).

Além dos setores do comércio e serviços, Abaetetuba destacou-se no setor Agroflorestal, sendo o 2º maior produtor de açaí do Pará, 3º maior produtor de bacuri e cupuaçu e o maior produtor de manga do estado. Outras culturas também marcam fortemente a cadeia vegetal abaetetubense, como mandioca, coco, miriti e bacaba, que apresentam grande produção, além da Pecuária, Piscicultura e Turismo.

Com relação ao turismo destaca-se a famosa praia de BEJA às margens do rio Pará que encanta os visitantes pela beleza e recreação no mês de julho, sendo uma das mais procuradas do veraneio paraense, atraindo mais de 60 mil pessoas por fim de semana. Ainda sobre os Sistemas de Produção, vale destacar que o município é um grande exportador de produtos oriundos da argila como artefatos artesanais, tijolos e principalmente telhas de barro. (MACHADO, 2008)

A partir da década de 70, com a implantação das rodovias Belém-Brasília e Transamazônica, o desenvolvimento do município de Abaetetuba, tem sido estimulado para a integração com o contexto nacional. Esse desenvolvimento, baseado nas atividades agropecuárias e de mineração tem resultado no crescimento da população urbana e no aumento do êxodo rural. No início da década de 90, a implantação do Projeto Albrás/Alunorte, no município vizinho de Barcarena, provocou um intenso fluxo migratório em Abaetetuba onde uma grande parte da população se transferiu para outras regiões após o término das etapas das obras de construção civil, ou fixou-se nos perímetros urbanos do município.

A tendência de crescimento da população, também foi verificada nos últimos resultados do Censo 2000, onde a população aumentou de 99.996 habitantes em 1991, para 119.152 habitantes em 2000. [...] Nos

setores urbanos a população masculina correspondia a 49,68%, ligeiramente menor que a feminina que era de 50,32%. [...] no setor rural a população masculina representava 52,50% e a feminina, menor, com 47,50%. A população total do município apresentava-se relativamente jovem, uma vez que 28,9% estavam na faixa etária de 20 a 39 anos. (PATRÍCIA MOURÃO, 2004, p.32).

Se em décadas passadas Abaetetuba era conhecida como a “Terra da Cachaça” em virtude do grande número de engenhos que havia na região ribeirinha; hoje é conhecida mundialmente como a “Capital Mundial do Brinquedo de Miriti”, isto pela venda de grande quantidade de peças de excelente nível artístico, fabricados pelos numerosos artesãos do município, feitos com uma espécie de bucha, extraídos das folhas do miritizeiro, árvore bastante abundante na região.



Figura 03: Anúncio publicitário do Festival do Miriti na Cidade de Abaetetuba em 2017.

Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=cidade+de+abaetetuba&num>.

Em 2004, o Governo Municipal apoiou a criação do Festival do Miriti (MIRITIFEST) que chegou a sua 14ª edição em 2017, o qual expõe não somente as peças artesanais fabricadas com os derivados do miritizeiro, mas também apresenta a culinária abaetetubense nesse festival. A cada ano aumenta a participação da população e de visitantes vindos de todo o Estado, e do Brasil e do exterior, atraídos pelo festival do miriti que inclui apresentações artísticas e bandas regionais. O MIRITIFEST tornou-se rapidamente o maior evento cultural do Baixo Tocantins, haja

vista que o Brinquedo de Miriti é um dos maiores símbolos do Círio de Nazaré em Belém do Pará.



Figura 04: Festival do Miriti na Cidade de Abaetetuba.

Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=cidade+de+abaetetuba&num>.



Figura 05: Imagem portuária da cidade de Abaetetuba – PA.

Fonte: Adilcélia Rêgo.

com aproveitar. A economia local baseia-se na agricultura familiar – tendo como principal atividade extrativista o manejo do açaí, pesca artesanal de subsistência e outras atividades no setor comercial e público.

Sobre a formação étnica e cultural, estas (segundo a observação participante) são formadas pela hibridização do branco com o índio. A maioria das famílias é descendente de portugueses que se estabeleceram na região ribeirinha de Abaetetuba no seu período de colonização e se uniram às famílias tradicionais indígenas, dando origem aos denominados “caboclos” que atualmente se identificam como ribeirinhos.

Gonçalves, em seus estudos sobre os povos ribeirinhos explica que a expressão “Caboclo”, muito utilizada na década de 70, era usada por fazendeiros não para afirmar, mas sim para negar a identidade indígena dos povos que habitam os rios da Amazônia. (2001, p. 155). Observa-se que hoje, a resignação dos ribeirinhos quanto ao termo “caboclo” não se dá em virtude de preconceito às origens de povos indígenas e sim pelo preconceito cultural difundida pelos habitantes urbanos que remetiam à ideia ao primitivismo e atraso cultural. Na realidade, observa-se na cultura quiandubense forte influencia da língua e cultura indígena materializada nos costumes, hábitos, habilidades de caça e pesca, no vocabulário e expressões linguísticas.

Sobre o termo “Ribeirinho”, Hiraoka (2003, p. 137) esclarece que: “o termo ribeirinho ou ‘ribereño’ é usado na Amazônia para designar os camponeses que vivem às margens das águas e que vivem da extração e manejo de recursos florestais-aquáticos, e da agricultura em pequena escala”. Entretanto, observa-se que através da luta dos movimentos sociais por uma educação no campo, novos paradigmas vieram se configurando com relação às identidades campesinas. Com eles também a expressão “ribeirinho” ganhou mais força na designação das populações que vivem nas regiões das ilhas amazônicas. O nome “ribeirinho” é bem-vindo entre os moradores do rio Quianduba que veem nesse nome, não apenas uma alusão ao ambiente físico dos rios de água, mas como sinônimo de resistência. É assim que esses sujeitos se reconhecem: resistentes ao preconceito linguístico e cultural e às adversidades da vida; mas espontâneos e voluntários na prática da solidariedade.



Figura 06: Rio Quianduba, município de Abaetetuba/PA.

Fonte: Adilcélia Rêgo da Silva.

3.3 - A SITUAÇÃO DA MULHER NAS RELAÇÕES DE TRABALHO NA AMAZONIA PARAENSE - CORRELACIONANDO DADOS DA PESQUISA

A comunidade Rio Quianduba como toda e qualquer comunidade humana tem a sua história, nomes, gêneros, raças, etnias e gerações diferenciadas que constrói seus valores humanos interagindo entre si. Consideramos importante resgatar traços a identidade dos ribeirinhos residentes no Rio Quianduba, na perspectiva de compreender como se dá sua organização e produção social no que tange aos papéis sociais na divisão do trabalho entre homens e mulheres, entender como os discursos funcionam (pela produção de sentidos) na defesa ou não de uma(s) ideologia(s). Fernandes afirma que: “É na/pela história que observamos as condições de produção do discurso, ou seja, o porquê da aparição de um enunciado em dado momento e lugar e não outro em seu lugar”. (CLEUDEMAR FERNANDES 2008, p. 49).

Partindo da premissa dos pilares da Análise do Discurso que são: a Linguística, a Psicanálise e a História, buscamos a compreensão da história como um processo de

reconstrução da memória coletiva, por intermédio da linguagem, da qual se institui valores e se constrói identidade de natureza discursiva, além de favorecer a formação da consciência do ser humano enquanto sujeito histórico, capaz de construir e reconstruir sua própria vida, possibilitando conhecer aspectos importantes da sua realidade por meio dos discursos orais.

A interpretação de temas re-significados mostra que o discurso, a História e a memória constroem movimentos de sentidos, e analisar o discurso implica fazer aparecer objetos e enunciações que aparecem e desaparecem, coexistem e transformam-se em um espaço discursivo e possibilitam, ainda, verificar a presença de certos temas em dada formação discursiva. (FERNANDES, 2008, p.45).

Por meio da pesquisa foi possível identificarmos aspectos sócio históricos da comunidade, sobretudo dos sistemas de produção familiares para a partir de então, analisarmos as concepções que perpassam no cotidiano ribeirinho a respeito do trabalho feminino. Ao investigarmos os sistemas de produção dos moradores da comunidade Quianduba, identificamos como esses sujeitos produzem as condições necessárias à sua existência material, econômica e social; uma produção baseada na Agricultura Familiar sustentável, contribuindo assim para a criação de uma atividade econômica fundamental para o desenvolvimento sustentável, pois a sustentabilidade no campo depende do fortalecimento dos processos organizativos da agricultura familiar nas suas diversas formas.

Pudemos conhecer melhor a vida da comunidade que nos possibilitou obter informações sobre sua maneira de pensar e agir baseada na ideologia circunscrita nos discursos produzidos. Marconi e Lakatos comungam da ideia que:

Através da história de vida pode-se levantar a vida de uma pessoa, evidenciando valores e padrões culturais, a fim de compreender as ações, os conceitos e os significados de atitudes e de comportamentos [...] pode coletar sobre o passado de certos indivíduos, suas opiniões e maneiras de pensar e agir, procurando captar principalmente dados desconhecidos. (2009, p.280-281).

Nesse sentido, acreditamos que a rede de informações formadas por essas histórias foi um instrumento fundamental para fazer um “desenho” da comunidade Rio Quianduba. A observação da identidade cultural dos entrevistados no processo histórico e político favoreceu a compreensão das relações de trabalho entre homens e

mulheres, considerando suas especificidades de produção e geração de renda, e também como a ideologia sobre gênero masculino e feminino com relação ao trabalho no campo, é marcada nos discursos.

Avaliando a trajetória de vida das famílias entrevistadas foi possível perceber que na comunidade Quianduba os moradores são praticamente naturais da região ribeirinha. No entanto, observa-se que quase um terço dos entrevistados já migrou para a zona urbana na perspectiva de melhorias de vida, sobretudo no que se refere a trabalho. Contudo, é importante frisar que essas famílias retornaram ao interior em virtude da cidade não atender aos anseios das mesmas em relação ao trabalho.

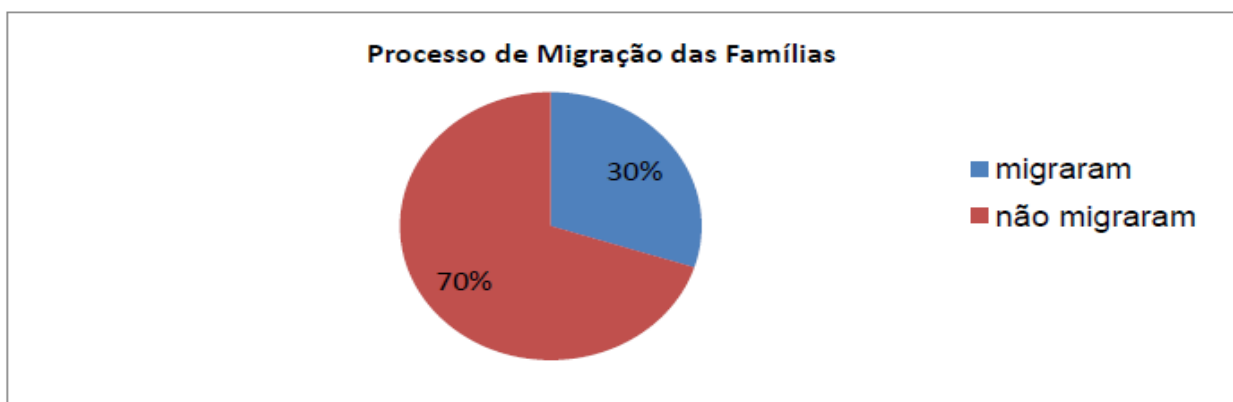


Gráfico 03 – Porcentagens do processo de migração campo/cidade e cidade/campo.
Fonte: Adilcélia Rego e Rita de Cássia.

Ainda com relação a dados sobre o lugar, observamos que a ocupação da terra é caracterizada pelo processo de herança, ou seja, a transmissão por hereditariedade. Essa é uma das características do campesinato brasileiro: a centralidade na constituição do patrimônio familiar. De fato: “Uma das dimensões mais importantes das lutas dos camponeses brasileiros está centrada no esforço para constituir um território familiar de vida e de trabalho, capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores” (WANDERLEY 1988, p. 43).

Partindo dessa ideia, podemos observar que a relação do agricultor com a terra não se restringe simplesmente a coisas materiais como a obtenção direta da alimentação familiar, mas a valores imateriais, havendo um vínculo profundo de pertença, de conservação das histórias de vida, da produção e reprodução da cultura, constituindo-se então num patrimônio sociocultural.

Analisando os Sistemas de Produção, observamos ainda que as famílias não dependem apenas da agricultura para se manter, de modo que outras atividades geradoras de renda podem competir com as atividades agrícolas por causa da limitada força do trabalho da família. Dentre elas, estão as atividades do trabalho no setor público, na pesca e em outras atividades artesanais.

Sobre os aspectos relacionados às Relações de Trabalho na agricultura, identificamos que essas relações são estabelecidas em sua maioria através de Empreita (Tarefa) e Diárias, ou seja, a empreita está relacionada ao cumprimento de uma determinada tarefa e se confunde com a diária, principalmente no trabalho da coleta do açaí, como explica o entrevistado F: *“Então nós trabalhamos em conjunto, ele (o pai) manda, nós trabalhamos por tarefa, né? Nós temos uma tarefa a cumprir. Condo nós cumpre essa tarefa a partir duma hora, meio dia... tá encerrado nosso dia”*.

Observamos que na colheita de açaí as relações da jornada de trabalho são estabelecidas por meio de Tarefas, mas para alguns tiradores de açaí a Tarefa tem o sentido de Diária. Pelo trabalho de certa quantia de “rasas” (cestos) de açaí coletado, os trabalhadores recebem o pagamento equivalente a uma diária; outros recebem por unidade de “rasa” sendo que o preço varia de acordo com preço de mercado.

Há também uma parcela de assalariados em razão dos aposentados e do trabalho no Setor Público na área da educação. Alguns entrevistados se consideram autônomos por serem proprietários das áreas de terra produtiva da qual cultivam principalmente o açaí. Eles também possuem os seus próprios instrumentos para o trabalho tanto na lavoura quanto na pesca artesanal:

Eu com o meu esposo que somos funcionário público é... nós somos salariado. Agora os meus pais, os meus irmãos que trabalham tanto na pesca como na agricultura, eles são autônomos; que eles trabalho pra eles mesmo. Eles vendem, eles apanham o açaí, apanham frutas pra fazer a venda e também os meus irmão são pescadores. Trabalham pro consumo e assim... aí eles são nesse caso os autônomos, não são salarizados. (ENTREVISTADO A).

Com relação aos membros da família que atuam no trabalho da agricultura e na pesca, os entrevistados relataram que esses trabalhos são desenvolvidos em geral por todos os membros da família, onde a coletividade é fundamental para o desempenho da produção, como explicam os enunciados: “[...] *quando chega a safra*

do açaí nós ficamos no açaí porque é um período de quatro meses... intão a gente tem que se disimpenhá a tirá a safra porque é... ela não pode ficar, permanente que chegou o período de tirá aí nós trabalhamos em conjunto, em família”. (ENTREVISTADO F). “Eu ... o meu marido ... o meus filho ... todos nós .. trabalhemo na lavrora, na pesca ...” (ENTREVISTADA B).

O manejo do açaí é por safra e envolve diversos trabalhos: o ato de apanhar, de selecionar, de debulhar e de carregar os cestos (rasas) de açaí até às margens do rio, de onde é transportado de barco até a cidade de Abaetetuba. Desse local é encaminhado para Belém, onde o produto é beneficiado e destinado em grande parte à exportação. Essas atividades são sempre desenvolvidas por meio de tarefas/diárias:

[...] Acontece o seguinte, dona é que nós fazemos de uma forma assim; é uma tarefa. Nós pega pra começa assim a partir das seis hora da manhã, se nós tem como eu posso lhe explicar: se nós vamo tirá vinte rasa de açaí... nós temos aquela tarefa. Então nós se divide em grupos. Tem o qual disbulha, tem o qual apanha, tem o qual pega da mão e a partir de que aquela tarefa é executada, que dei pra entregar pro comradô a gente encerra, é por tarefa (ENTREVISTADO F).

Ao que se observa, as atividades que envolvem o “apanhar” e “carregar” o açaí até os barcos são realizadas normalmente pelos homens. Já o trabalho de “debulha” e “escolha” do açaí é desenvolvido principalmente por mulheres e crianças. A produção do açaí implica diretamente na renda das famílias, sendo que a época de maior renda familiar é a da safra do açaí no período dos meses de julho a dezembro. Esse é um grande desafio para os ribeirinhos: criar estratégias cotidianas de sobrevivência na entressafra do açaí. Muitos recorrem ao trabalho oleiro, outros praticam a coleta de produtos vegetais, pesca e outras atividades artesanais no intuito de garantir a sua existência material.

Com relação ao trabalho doméstico, a metade dos entrevistados (tanto homens quanto mulheres) afirmou ser esta uma função de responsabilidade exclusiva das mulheres: “É... a minha mãe”. (ENTREVISTADO C). “É a minha mãe... quando eu chego, eu também” (ENTREVISTADA E). Houve entrevistado mulher que assumiu a responsabilidade doméstica, justificando a ausência do marido nessa atividade pela falta de tempo como se observa o enunciado da entrevistada A:

“Olha, o trabalho da casa sou eu mesma, inclusive o meu marido não tem tempo pra cuidar da casa, nesse caso é eu mesmo. Mas quando ele tem tempo ele participa junto cumigo e o que tem pra fazê que seja tanto ... tanto pra mim ou pra ele fazê ele faz”[...] se eu vejo que tem um trabalho dele que ele tem que fazer, ele tem que colhê, ele tem... dá pra mim ajudar então eu ajudo. Então assim nós vamos, porque ele me ajuda e eu ajudo ele, sem distinção de trabalho, sem distinção de alguma coisa pra faze tanto ele como eu [...] Se tem coisas assim que é pra ele faze mas não dá pra ele faze, eu faço. Se tem coisas que é trabalho meu, dá pra ele faze, ele faz.

Observa-se no enunciado que ao incluir o esposo no trabalho doméstico, a mulher sinaliza a divisão de papéis sociais ao dizer que: “*tem coisas que é pra ele fazê*”, mas ela faz; da mesma forma que ele faz os trabalhos dela: “*Se tem coisas que é trabalho meu, dá pra ele faze, ele faz*”. Percebe-se que o marido eventualmente realiza o trabalho doméstico, mas este trabalho é “pra ela” fazer, ou seja, a divisão de trabalho é naturalmente estabelecida.

Nesse sentido, Voese concebe que a Análise do Discurso é importante na identificação do que é “dito” e “não dito” e das escolhas dos modos de dizer o discurso, ou seja, ela busca observar porque “diz-se assim e não de outro modo”, “diz-se isso e silencia aquilo”. Para compreender porque o “dito” foi dito de tal modo; o conhecimento da localização do lugar e as determinações históricas que constituem o contexto mediato são essenciais (2004, p. 114).

De acordo com a Análise do Discurso, percebemos no enunciado o “dito” e o “não dito”. O discurso dito (evidenciado) é que o marido não trabalha no lar porque não tem tempo já que, trabalha em outras atividades não domésticas mas não há distinção de sexo. No entanto quando o enunciado diz: “trabalho dele” se referindo ao trabalho da agricultura e “trabalho meu” se referindo ao trabalho do lar, observa-se o discurso (não dito) silenciado, de que o instituído social apresenta a divisão social do trabalho por sexo, baseada na ideologia de modelo familiar Patriarcal⁴.

⁴ Modelo que tem o homem como provedor do lar e a mulher com a função de reprodutora e cuidadora do lar e dos afazeres domésticos.

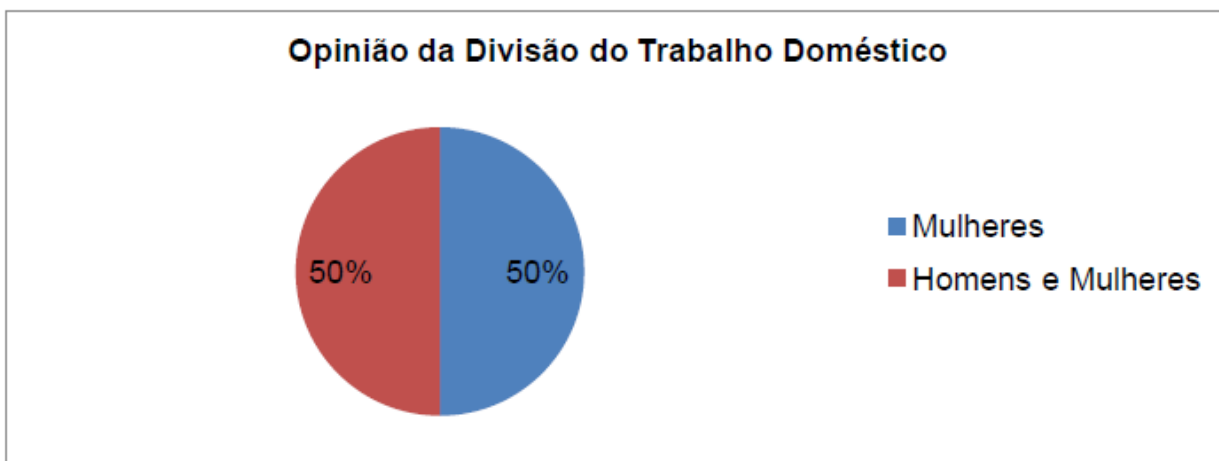


Gráfico 04: porcentagem da opinião de divisão do trabalho doméstico na comunidade rio Quianduba.
Fonte: Adilcélia Rêgo e Rita de Cássia.

Enquanto 50% dos entrevistados atribuem as tarefas domésticas às mulheres, a outra parte acrescenta ser esse um trabalho coletivo sem distinção de sexo, que precisa ser desenvolvido por ambas as partes do ponto de vista até masculino:

[...] nós trabalha em conjunto. Ela num mede esforço de trabalhar no que tocá pra ela, também no que tocá pra mim, nós cria os nossos filho como nós pode e na, na honestidade, graças a Deus. Normalmente, eu faço o que cair. Eu trabalho com a... na casa, na cozinha, trabalho no mato, eu venho... se faltar tal coisa, eu vou apanhando açaí, eu vendo, nós bate e quando eu tô disposto eu faço a comida. Quando eu num tô ela sai, ela faz e quando eu chego tá pronta... nos trabalhamos em parceria (ENTREVISTADO F).

No enunciado acima podemos verificar uma concepção de trabalho não definida por sexo – como no discurso anterior – mas num processo de cooperação entre os membros da família. Essa opinião demonstra uma formação ideológica diferente do patriarcalismo com predominância da figura masculina nas relações de poder construídas na organização social, mas assemelha-se aos discursos de igualdade de gênero observados nos pressupostos dos movimentos feministas e nos de inclusão social.

Para Fernandes, os discursos são governados por formações ideológicas e como formação discursiva reflete, também, formação social. Nesse sentido, podem ser heterogêneos em função da “miscigenação” das diferentes forças sociais. As relações de poder são estabelecidas politicamente por ideologia e, de acordo com as mudanças que sofrem, construirão diferentes rumos na história e esse fenômeno pode ser

observado por meio das diferentes vozes ideológicas presentes no discurso. (CLAUDEMAR FERNANDES, 2008, p. 46-47).

No entanto, nas entrelinhas de alguns discursos de inclusão de sexo no trabalho doméstico, é possível perceber que os homens desenvolvem um papel de colaborador apenas, ao passo que as mulheres são as responsáveis pelo trabalho do lar: *“É eu... o meu marido... todos nós... trabalha. Lava roupa... fazendo comida. Mas... mais sô eu”* (ENTREVISTADA B).

Ainda sobre o trabalho na agricultura familiar e o trabalho doméstico, é importante frisar que apesar da metade dos entrevistados, em seus discursos concordarem na opinião de que o trabalho tanto da terra quanto do lar deva ser coletivo, apenas um terço admitiu a participação masculina nas tarefas domésticas. Já o trabalho da agricultura e pesca conta com dois terços da participação feminina segundo foi observado. Nesse sentido, concluímos que as mulheres são mais atuantes, tanto no trabalho doméstico quanto nos do campo, em detrimento dos homens que atuam mais nas atividades da agricultura e pesca.

A respeito da divisão sexual do trabalho, Almeida (2001, p. 108) analisa que os papéis sociais são construídos e distribuídos na estrutura local. No entanto a dominação ou predominância masculina é, de fato, uma construção social, já que tanto a mulher, quanto o homem mostram-se presentes nos variados espaços, sejam aqueles próprios do seu sexo, ou específicos do outro. Contudo, a mulher assume, muitas vezes, uma sobrecarga de funções, sem a correspondente visibilidade ou reconhecimento social de sua importância no campo da produção.

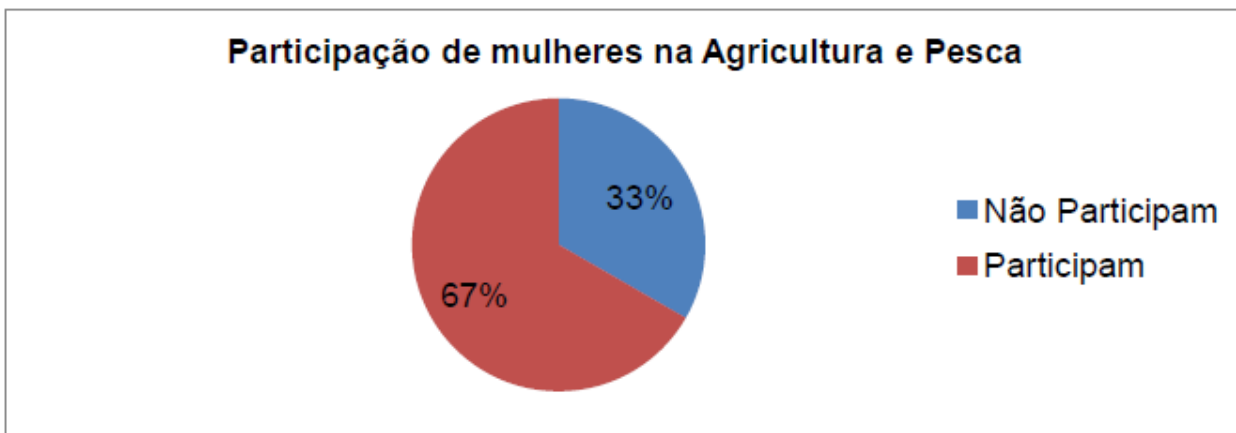


Gráfico 05: Participação de mulheres na agricultura e pesca.

A questão central da pesquisa está relacionada a opinião de homens e mulheres ribeirinhos a respeito da divisão social do trabalho por sexo, para então verificar nesse contexto, qual o papel da mulher na divisão do trabalho na Amazônia paraense. É bom frisar que nossa intenção não é fazer juízo de valor a respeito da divisão social do trabalho por sexo, isto é, emitirmos um ponto de vista pessoal, se é certo ou errado, mas sim de observar como os discursos produzem sentidos e como funcionam em torno da defesa de uma(s) ideologia(s) construída(s) histórica e culturalmente.

Ao indagarmos se na opinião dos entrevistados existem trabalhos masculinos e femininos, próprios só para homens e trabalhos só para mulheres, os entrevistados em maioria dizem em seus discursos que, não há distinção de sexo, sinalizando que se houver isso vai causar impacto no relacionamento familiar:

Um ... na minha opinião ... na minha opinião não. Porque ambas parte tem que trabalhare juntos. Se a gente for distinguir, não vai pra frente. Então, se um ajudar o outro, apoiar, com certeza dá certo mas se cumeçá essa distinção, essa separação, já vai dá um ... nem toda vez dá pra gente trabalhar ... dá pra faze o que tem pa fazer. Então ... tanto a pacera como o pacero, tem como apoiá um ao outro. Não ... não ... não importa o sexo [...] (ENTREVISTADO A).

Observa-se novamente a concepção de igualdade entre sexos com relação ao trabalho nas produções dos discursos. Podemos notar que o discurso de igualdade entre homens e mulheres é recorrente na atualidade, haja vista que a própria legislação prevê o mesmo. Assim, não é de se estranhar que esse discurso, ainda que de forma ilusória ou como um “modismo” seja proferido.

A Teoria do Discurso, segundo Fernandes, refere-se a produção dos sentidos decorrentes dos fenômenos históricos. Assim, um enunciado, definido sob seus aspectos formais, tem sentidos diferentes ao ser produzido em diferentes momentos históricos e/ou ideológicos. Os sentidos muitas vezes podem parecer contraditórios ou ser confundidos com a ambiguidade linguística. No entanto, em toda e qualquer formação discursiva, as contradições representam uma coerência visto que desvelam elementos exteriores à materialidade linguística, mas inerentes à constitutividade dos discursos e dos sujeitos. Os sujeitos são marcados por inscrições ideológicas e são

atravessados por discursos de outros sujeitos, com os quais se unem, e dos quais se diferenciam. (CLEUDEMAR FERNANDES, 2008, P. 50).

Tomamos como exemplo a esse respeito o discurso do entrevistado B ao manifestar sua opinião sobre distinção de trabalho entre homens e mulheres: *“Não. Os dês trabalho normal. Os dês pode apanhá o açáí ... os dês pode dibulhá ... pode tirá lenha ... todos pode ajuda. Trabalho é igual. Num tem diferença, não ... não ... da lavrora, todos dão conta de trabalhá, o hõmi e a mulhé”*.

Na opinião da entrevistada não deve haver distinção entre trabalho masculino e feminino. No entanto, parece haver uma contradição em seu discurso pois, ao mesmo tempo que ela assume uma postura de igualdade entre gêneros no trabalho: [...]. *“Trabalho é igual. Num tem diferença, não ... não ... todos dão conta de trabalhá, o hõmi e a mulhé”*, essa igualdade está voltada apenas para o trabalho da lavoura, não fazendo referência ao trabalho doméstico: *“Os dês pode apanhá o açáí ... os dês pode dibulhá ... pode tirá lenha ... todos pode ajuda. Trabalho é igual. Num tem diferença, não ... não ... da lavrora”*.

Isso pode acontecer na verdade não pelo fato de contradição na fala, mas pela noção do sentido que a palavra “trabalho” tem para o enunciador. Pelo fato de ainda persistir a invisibilidade das atividades domésticas como “trabalho”, em detrimento das atividades da lavoura, a noção de “trabalho” neste enunciado, é vista intimamente ligada à geração de renda. No discurso silenciado, podemos verificar que o trabalho doméstico não é citado porque é considerado uma atividade sem valor por não está diretamente ligado à produção de renda, ou seja, as atividades do lar, neste caso, não são remuneradas com salário e por isso deixam de ser consideradas trabalho, pois neste caso, só as atividades remuneradas é que são tidas como trabalho.

Do ponto de vista da análise do discurso, essa ocorrência demonstra, no mínimo, dois sujeitos socioideológicos apreendidos em um mesmo sujeito enunciador: de um lado, o posicionamento feminino de anseio de igualdade de gênero; de outro, o discurso masculino e capitalista no qual associa a noção de trabalho apenas àqueles geradores de renda; portanto se a mulher quiser se igualar ao homem precisa se inserir nos trabalhos a ele atribuídos; porém para o homem a igualdade de gênero não está atrelada ao desenvolvimento das atividades domésticas porque estas não têm prestígio

social no mundo do trabalho. São diferentes posições de sujeito entrecruzadas nessa formação discursiva.

O caráter de inseparabilidade e separabilidade dessas instâncias de posicionamentos - masculino e feminino - não representa uma mera contradição, revela elementos linguístico-discursivos próprios à formação discursiva da mulher. Sobre assuntos como este, Fernandes explica que:

A contradição revela o lugar do sujeito enunciador e as vozes constitutivas de sua voz, de uma formação discursiva na qual se inscreve. Nos discursos, a ambiguidade tem uma aparência fugidia, pois cumpre a finalidade de refletir uma tensão entre descrição e interpretação no interior da Análise do Discurso. Assim, enunciados que poderiam ser considerados como agramaticais, em conformidade com determinadas perspectivas teóricas, em especial aquelas voltadas para a descrição da língua (gem), ao se inscreverem em determinadas formações discursivas, asseguram coerência ao seu funcionamento. (CLEUDEMAR FERNANDES, 2008, P. 54).

Podemos concluir que o discurso não é contraditório ou incoerente mas é o efeito de sentido que o torna ambíguo visto que os sentidos têm componentes genéricos a todos os usuários de certa palavra mas também tem singularidades que podem ser vistas de acordo com a heterogeneidade social, dificultando assim a interação comunicativa. A palavra “trabalho”, por exemplo, tem um conceito geral entendido como o conjunto de atividades realizadas para atingir uma meta que não necessariamente confere ao trabalhador uma recompensa. Também pode ser entendida como sinônimo de emprego ou atividade produtiva com fins lucrativos e pode ser a essa definição que se referiu a entrevistada.

Apesar da maioria dos entrevistados se mostrarem favoráveis a ideologia de igualdade de gênero no que concerne à divisão do trabalho, houve, no entanto pensamentos contrários a esse respeito, tanto de homem quanto de mulher, justificando que existem trabalhos pra homens e trabalhos pra mulheres e que a divisão dos trabalhos por sexo é devida aos tipos de trabalho, sendo que os que requerem maior esforço físico (serviços pesados) ficam a cargo dos homens, pois as mulheres não conseguem fazê-los, como podemos observar nos enunciados dos entrevistados H e E, por exemplo: “*Existem. Existe também porque a mulher não pode viajar... ela não*

pode cortá de machado... tem muitas coisas que ela não pode fazer”
(ENTREVISTADO H). E ainda:

Sim. Acho. Porque tem muitos que a mulhé não pode fazê, muito seviço que a mulhé num pode fazê, que é somente o homem como um exemplo... como viajar... trabalhá cum madêra. Que só a mulhé num consegue fazê, somente o homem. Na minha opinião existe”.
(ENTREVISTADA E).

Os discursos acima citados dão a impressão de um posicionamento extremamente preconceituoso, de incapacidade feminina e incoerência textual ao afirmarem que “*a mulher não pode viajar*”, “*não pode cortar de machado*” “trabalhar com madeira” e que “*muitas coisas que ela não pode fazer*”. No entanto, ao considerarmos o texto para além do sentido linguístico, poderemos encontrar coerência nos enunciados. Fernandes afirma que: “Em toda e qualquer formação discursiva, as contradições representam uma coerência visto que desvelam elementos exteriores à materialidade linguística, mas inerentes à constitutividade dos discursos e dos sujeitos (2008, p. 54)”. Ao afirmar que “*a mulher não pode viajar*” o locutor não está se referindo ao sentido genérico do verbo “viajar” mas sim ao trabalho de viajante marítimo como prática social na localidade. Até então essas práticas são consideradas atividades exclusivamente masculinas nas ilhas de Abaetetuba: o transporte marítimo de passageiros das ilhas para Abaetetuba e vice-versa, transportação de madeiras, açaí, manga, cerâmica, e outros produtos agroextrativistas.

Observa-se que na cultura ribeirinha, os papéis de homem e mulheres ainda são definidos em função de toda uma formação ideológica construída histórica e culturalmente. Narzetti explica que a ideologia tem duas funções: uma geral, que se aplica a todas as sociedades (as de classes e as sem classes) e uma que é exclusiva das sociedades de classes. A ideologia geral tem a função de garantir a coesão dos indivíduos na sociedade: ela determina o papel social que cada indivíduo deverá exercer, assegurando as relações sociais, pois todas as classes estão submetidas à ideologia (2011,p.[4 pdf]).

Nesse sentido, observamos que alguns discursos ribeirinhos ainda apresentam ideias da ideologia positivista com relação ao trabalho, como as apresentadas no método de Durkheim. Para ele, o trabalho é uma questão solidária entre os indivíduos

de uma sociedade, pois cria o sentimento de união estável. As diferenças entre homens e mulheres são fundamentais para manter o relacionamento de ambos numa complementação social. É por meio do trabalho que a coesão social é possível:

[...] cada ser conhece seu papel e deve desempenhá-lo da melhor forma, pois a complementação dos deveres sociais interliga e aproxima os indivíduos, faz com que constituam entre si relações de solidariedade bem como uma coesão social. Cada ser conhece seu papel e deve desempenhá-lo da melhor forma, para que depois possam compartilhar seus esforços, solidarizá-los. Isso se estende não só no campo do trabalho, mas para todas as esferas da vida social. (DURKHEIM apud REIS 2006, p. 64).

No entanto observa-se que os deveres sociais nem sempre se complementam de maneira solidária e passiva, mas muitas vezes apresentam situações de imposição, resultante do preconceito cultural e das relações de poder estabelecidas no convívio social.

Houve ainda discurso de atribuição da divisão do trabalho à Ideologia de Gênero, ou seja, não existem trabalhos masculinos e femininos, o que existe é a aptidão de cada indivíduo para determinada atividade, independentemente do sexo, como se observa no enunciado a seguir:

Olhe... boa pergunta. Eu me senti numa situação agora meio complicado porque cada uma pessoa tem um modo de pensar né? Tem um modo de... de agir nessas atitudes. Então, tem mulheres que... executam certos tipos de trabalho que a gente vê que ela tem [...] o carisma pa disinvolver qualquer função. [...] Ela trabalha numa função mais que se identifica, mas que ela se sente mais identificada, mas tem aquela mulhé que não... a mesma coisa é o homem. Tem o homem que não tem tipo de serviço pra ele, mas tem aquele que seleciona serviço pa fazê. Então eu credito que... depende da pessoa. Se a mulhé dizê que ela vai exercer aquela função a gente num pode subestimar ela. Ente tem que acreditar porque se ela pode, ela acha que pode, ela pode. Então a gente não pode dizer que porque ela é mulher que ela não vai exercer. Ela tem que vê no que ela acredita. Então eu acredito que... tem muita mulher que quando ela diz que ela dá conta ela dá conta. Vai depender da pessoa. Se ela dizer que ela pode, ela pode. Porque tem mulher que ela pode exercer qualquer função. Tem a qual num pode. (ENTREVISTADO F).

O discurso acima pratica uma ideologia diferente dos discursos anteriores referente ao papel da mulher ribeirinha com relação ao trabalho na Amazônia paraense. Ao dizer: “*Então a gente não pode dizer que porque ela é mulher que ela*

não vai exercer [...] Porque tem mulher que ela pode exercer qualquer função"; o enunciador sinaliza uma igualdade de funções entre gênero. No entanto ressalva que essa igualdade vai está ligada à determinação pessoal de cada ser, à aptidão, entendida como *"carisma"*, tanto do sexo feminino quanto masculino: *"a mesma coisa é o homem"*. Neste discurso, o fato de a mulher "poder" realizar qualquer trabalho está relacionado à fatores atitudinais e não biológicos (que fazem alusão à fragilidade feminina) como se observou nos discursos anteriores.

Sobre o conceito de "gênero", Mendes explica que a ideologia de gênero no Brasil está ligada a terceira fase do movimento feminista, no ano de 1980, no período de redemocratização do país, pós-ditadura militar. Nesse contexto surgiu a palavra gênero, utilizada pelas feministas que buscavam inserir a ideia de que as diferenças que se constataavam nos comportamentos de homens e mulheres não eram dependentes do "sexo", como uma questão biológica, mas era definida pelo "gênero" e, portanto, ligadas a cultura (Soraia Mendes, 2016 p. 38).

De acordo com essa premissa, a questão de trabalho não está determinada pelo sexo e sim pela formação cultural, ou seja, se a ideologia dominante de uma determinada comunidade é de que existem trabalhos masculinos e femininos então, os discursos irão sustentar e reproduzir esse pensamento. No entanto, se a ideologia defendida por um determinado grupo social é de que qualquer pessoa, independente do sexo, pode desenvolver qualquer atividade servil, dependendo de sua necessidade ou identificação pessoal, essa ideologia será reproduzida nos discursos em maioria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto geral da pesquisa, os discursos sinalizaram que não existe uma única ideologia a respeito do papel social da mulher ribeirinha com relação ao trabalho. Podemos identificar elementos da ideologia patriarcal dominando os discursos, mas também elementos da ideologia de igualdade entre gênero com relação ao trabalho. O discurso dito (dominante) é de que não existe divisão de trabalho por sexo nas famílias, ou seja, todos, tanto homens quanto mulheres podem atuar nas atividades da terra e nas domésticas. No entanto, através da Análise do Discurso, observamos os discursos silenciados e foi possível identificar que a divisão sexual do trabalho é estabelecida ao passo que as mulheres em maioria, atuam como protagonistas nas atividades do lar e colaboradoras nas atividades da agricultura e pesca enquanto que os homens trabalham mais na agricultura, pesca e outros serviços que são considerados masculinos.

Os discursos mostraram posicionamentos diferentes, opiniões a favor e opiniões contrárias aos valores sociais instituídos, conduzindo à reflexão de que os ribeirinhos não vivem isolados mas que, principalmente por meio das mídias sociais, têm acesso às transformações que ocorrem na sociedade em geral e que, de certa forma, a vida no campo é influenciada por práticas ideológicas urbanas.

Observa-se que a comunidade quiandubense apresenta uma cultura firmada em modelos tradicionais e que vem sendo transformada pela introjeção de outras culturas. Nesse sentido Fraxe (2004, p. 30) afirma que as comunidades campesinas “sempre estabeleceram e continuam a estabelecer relações materiais e simbólicas entre si, com as comunidades vizinhas e com os agentes mediadores da cultura entre o mundo rural e urbano”. Podemos considerar como principais agentes mediadores na transformação da cultura dessa comunidade: os meios de comunicação de massa, a escola como espaço de formação, os movimentos sociais e a religião, os quais se constituem como elementos importantes na formação ideológica, materializada através dos discursos.

Em vista disso, reiteramos a importância do campo científico da Análise do Discurso, o qual, analisa as categorias dos discursos a partir de uma visão linguístico-discursiva, considerando a linguagem na história pois, a interação verbal constitui a

realidade essencial de todas as vertentes do estudo da língua. Reiteramos que o objetivo da pesquisa não foi o de intervir na realidade, propondo mudanças nas relações sociais entre homens e mulheres com relação ao trabalho feminino, mas sim, de verificar à luz da análise do Discurso, como a ideologia se materializa por meio dos discursos orais.

Assim, concluímos que o estudo da Análise do Discurso foi importante na interpretação dos discursos orais de ribeirinhos e na compreensão de como eles movimentam os sentidos constituídos nas práticas ideológicas. Desta forma, a Análise do Discurso contribuiu no entendimento dos processos ideológicos historicamente constituídos na comunidade rio Quianduba e que, no que concerne aos papéis sociais da mulher na divisão do trabalho, nos ajudou a compreender como o discurso se relaciona com a história e a sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Waldileia Rendeiro da Silva. *Do jirau ao geral: mulheres nos sindicatos de trabalhadores rurais no Estado do Pará, Brasil*. 2007. 138 f. dissertação (mestrado em agriculturas Amazônicas) - Universidade Federal do Pará e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental, Belém, PA.

ANTUNES, Irandé. *Aula de português: encontro & interação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003, p. 19-105.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. São Paulo: Cortez / Unicamp, 1995.

BEAUGRANDE, Robert de. *A Análise do Discurso no Brasil do “Mercado Livre”*. In: MOARA. *Revista dos cursos de Pós-Graduação em Letras, UFPA*. Belém, n.6, out./dez., 1996, p. 01 – 167.

BRAGA, Luana *et al.* *O trabalho doméstico e a domesticação das domésticas*. In: *Congresso Catarinense de Assistentes Sociais*. Florianópolis, 2013. 9 f.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 22 de setembro de 2017.

BRASIL. Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/>>.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa, V. 2. Introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental* Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972. Dispõe sobre a profissão de empregado doméstico e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979>>. Acesso dia 21 de setembro de 2017.

CHAUI, Marilena. *O que é Ideologia*. 35 ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

CUNHA, José Carlos. *Pragmática Linguística e Didática das Línguas*. 1 ed. Copyright UFPA, 1991.

FERNANDES. Claudemar Alves. *Análise do Discurso: reflexões introdutórias*. 2 ed. São Carlos: Claraluz, 2008, p. 1-49.

FRAXI, T. J. P. *Cultura cabocla / ribeirinha: mito, lendas e transculturalidade*. São Paulo: Annablume, 2004.

HIRATA, Helena e KERGOAT, Daniele. *Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho*. Disponível em: <Google Acadêmico, Cadernos de pesquisa revista Scielo, v.37, n.132, p.595-609, set/dez.2007>. Acesso em 15 de fevereiro de 2017.

LOBO, Elizabete Sousa. *A classe operária tem dois sexos. Trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. 5 ed. São Paulo: Cortez. 2008, p. 19-93.

MELO, Iran Ferreira de. *Análise do Discurso e Análise Crítica do Discurso: desdobramentos e intersecções*. Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura. Ano 05 n.11 - 2º Semestre de 2009- ISSN 1807-5193, p.18.

MORIN, Edgar. *Saberes globais e saberes locais*. Rio de Janeiro: Garamong, 2000.

MOURÃO, Patrícia de Lucena. *Um olhar de gênero sobre a reconstrução da agricultura em Abaetetuba, Pará*. 2004. 163 f. dissertação (mestrado em Agriculturas Familiares e desenvolvimento sustentável) Universidade Federal do Pará e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia ocidental, Belém, PA.

MULHER. In *PORTAL mulheres*. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Mulher>>. Acesso em 21 de setembro de 2017.

NARZETTI, Claudiana. *Círculo de Bakhtin e Análise do Discurso Francesa: em torno da noção de Ideologia*. In: Anais do Silel. v. 2, n. 2. Uberlândia: Edufu, 2011. p. 1-20. disponível em: www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/wp-content/uploads/2014/04/silel2011_920.pdf

NAVARRO, M. G. M, *Agroecologia: bases teóricas para uma história agrária alternativa*. Agroecologia e Desenvolvimento. Revista da AS-PTA/CLADES. Rio de Janeiro, n.2. p. 3-17, nov. 1994.

NASCIMENTO, Camila Fernanda Pinheiro do. *O trabalho das mulheres ribeirinhas na Amazônia: um estudo sobre as tecnologias sociais na comunidade de São Lázaro no grande lago de Manacapucu/AM*. Disponível em: <http://www.Educadores di aadia. Pr, gov.br/modules>. Acesso em 31 de julho de 2017.

NORVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. *Famílias e Patriarcado: da Prescrição Normativa à Subversão Criativa*. Psicologia & Sociedade: revista da UFRS, Rio Grande do Sul, v.18(1): p. 49-55, jan/abr.2006. Disponível em: Google acadêmico, acesso em 15 de fevereiro de 2017.

OLIVEIRA, Maria Bernadete Fernandes de. *Alteridade e construção de identidades pedagógicas: (re) visitando teorias dialógicas*. In: MAGALHÃES, Isabel; CORACINI, Maria José; GRIGOLETTO, Marisa (org.). *Práticas Identitárias: língua e discurso*. São Paulo: Saraiva, 2006, p.27-44.

PARENTE, Temis Gomes; GUERRERO, Olaya Fernández. *O desempoderamento das mulheres dos reassentamentos rurais em Porto Nacional (TO, Brasil)*, 2012. *História Oral*, v. 14, n. 2 e v. 15, n. 1, p. 177-201, jul.-dez. 2011 / jan.-jun. 198 f. disponível em: www.unirioja.es/genero/archivos/pdf/olaybrasil.pdf. Acesso em 4 de out. de 2017.

PEREIRA, Maria Ermantina Galvão G. *O enunciado, unidade da comunicação verbal*. 2 ed. São Paulo: Ltda, 1997.

PESSOA, Elen Cristina da Silva. *Agricultura Familiar no nordeste paraense: um estudo de caso do PRONAF na comunidade Santa Ana – PA Itabocal, Mãe do Rio (PA)*. 2007. 112 f. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belem. PA.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: F. Perseu Abramo, 2003.

PORTAL AMAZÔNIA. Disponível em:
<http://portalamazonia.com.br/amazoniadeaz/interna.php?id=554>

SILVA, Christian Nunes da. SIMONIAN, Lígia T. L. A questão de gênero: um breve estudo no estuário amazônico. Belém: UFPA-NAEA, 2006. 17 p. Série: Peapers do naea.

TELES, Maria Clara. *Um ensaio em análise do discurso: “O discurso do expurgo ou o fracasso do poder”*. In: MOARA. *Revista dos cursos de Pós-Graduação em Letras*, UFPA. Belém, n.6, out./dez., 1996, p.01 – 167.

VIEZZER, M. *O problema não está na mulher*. *Mulher Tempo*. São Paulo, 1989. Cortez. Série 3. v. 2. 173p.

VOESE, Ingo. *Análise do Discurso e o Ensino de Língua Portuguesa*. In: CITELLI, Adilson; CHIÁPPINI, LÍGIA (org.). *Coleção aprender e ensinar com textos*. V.13, São Paulo: Cortez, 2004.

WANDERLEY, M. de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. XX Encontro Anual da AQNPOCS. GT 17. *Processos Sociais Agrários*. Caxambu, MG. Outubro, 1996.

APÊNDICE

ENTREVISTADO “A”

1. Qual o seu nome?

Maria José.

2. Qual a sua idade? (data do seu nascimento?)

Dia quinze do sete oito dois.

3. Em que local (rio, cidade) você nasceu?

Abaetetuba.

4. A quanto tempo mora na região ribeirinha?

Treze anos.

5. Desde quando no rio Quianduba?

No rio Quianduba eu tenho nove anos.

6. Já morou na cidade? Qual?

Sim. Em Abaetetuba.

7. Como sua família adquiriu esse terreno? Foi através de compra, de herança ou de outra forma?

Foi compra, isso foi comprado.

8. Qual o tipo de trabalho que os membros da sua família realizam?

Olha tem os meus pais, os meus irmãos, eles trabalham na lavou... na lavoura. E o meu esposo e eu nós somos funcionário público.

9. Como se estabelecem as relações de trabalho na sua família? (tem alguém assalariado, diarista, cumprem tarefas ou autônomos que trabalham por conta própria?)

Não. Eu com o meu esposo que somos funcionário público é... nós somos salariado. Agora os meus pais, os meus irmãos que trabalham tanto na pesca como na agricultura, eles são autônomos; que eles trabalho pra eles mesmo. Eles vendem, eles apanham o açaí, apanham frutas pra fazer a venda e também os meus irmão são pescadores. Trabalham pro consumo e assim... aí eles são nesse caso os autônomos, não são salarizados.

10. Quem são as pessoas da sua família que trabalham na agricultura e na pesca?

Isso, os meus pais e o meu esposo também trabalha na agricultura. Os meus irmãos também fazem parte, mas também trabalham na parte da pesca.

11. Com relação ao trabalho doméstico, quem é responsável por ele na sua família?

Olha, o trabalho da casa sou eu mesma, inclusive o meu marido não tem tempo pra cuidar da casa, nesse caso é eu mesmo. Mas quando ele tem tempo ele participa junto cumigo e o que tem pra fazê que seja tanto... tanto pra mim ou pra ele fazê ele faz.

12. Na sua opinião, existem trabalhos femininos e trabalhos masculinos? Você acha que existem trabalhos próprios só para homens e trabalhos só para mulheres? Por quê?

Um ... na minha opinião ... na minha opinião não. Porque ambas parte tem que trabalhare juntos. Se a gente for distinguir, não vai pra frente. Então, se um ajudar o outro, apoiar, com certeza dá certo mas se cumeçá essa distinção, essa separação, já vai dá um ... nem toda vez dá pra gente trabalhar ... dá pra faze o que tem pa fazer. Então ... tanto a pacera como o pacero, tem como apoiá um ao outro.

Não ... não ... não importa o sexo, porque muita das vezes a gente pensa em lavá uma ropa, o marido vê uma ropa ali, há! Eu num vô lavá porque é o trabalho da minha esposa. Não... eu sô contra esse ... esse ... pensamento. Porque se, poxa! Tem a ropa suja então vamos lavá, vamos estender ... assim eu, se eu vejo que tem um trabalho dele que ele tem que fazer, ele tem que colhê, ele tem... dá pra mim ajuda então eu ajudo. Então assim nós vamos, porque ele me ajuda e eu ajudo ele, sem distinção de trabalho, sem distinção de alguma coisa pra faze tanto ele como eu ... é não importa, eu não penso assim de ... ele também concorda cumigo. Se tem coisas assim que é pra ele faze mas não dá pra ele faze, eu faço. Se tem coisas que é trabalho meu, dá pra ele faze, ele faz.

ENTREVISTADO “B”

1. Qual o seu nome?

Luzia.

2. Qual a sua idade?

Cinquenta e cinco.

3. Em que local (rio, cidade) você nasceu?

No rio Maracapucu.

4. A quanto tempo mora na região ribeirinha?

Dês que eu nasci.

5. Desde quando no rio Quianduba?

Vinte anos.

6. Já morou na cidade? Qual?

Já. Morei na cidade dezenove anos. Abaetetuba.

7. Como sua família adquiriu esse terreno? Foi através de compra, de herança ou de outra forma?

Foi compra. Nós cumpremo.

8. Qual o tipo de trabalho que os membros da sua família realizam?

Pesca, apanhá açai. São esse trabalho.

9. Como se estabelecem as relações de trabalho na sua família? (tem alguém assalariado, diarista, cumprem tarefas ou são autônomos que trabalham por conta própria?)

Tem. Minha filha. Os otros trabalho na lavrora.

10. Quem são as pessoas da sua família que trabalham na agricultura e na pesca?

Eu ... o meu marido ... o meus filho... todos nós trabalhemo na lavrora, na pesca.

11. Com relação ao trabalho doméstico, quem é responsável por ele na sua família?

É eu ... o meu marido ... todos nós ... trabalha. Lava ropa ... fazendo cumida. Mas ... mais sô eu. Isso.

12. Na sua opinião, existem trabalhos femininos e trabalhos masculinos? Você acha que existem trabalhos próprios só para homens e trabalhos só para mulheres? Por quê?

Não. Os dês trabalho normal. Os dês pode apanhá o açai ... os dês pode dibulhá ... pode tirá lenha ... todos pode ajuda. Trabalho é igual. Num tem diferença, não ... não ... da lavrora, todos dão conta de trabalha, o hêmi e a mulhé.

ENTREVISTADO “C”

1. Qual o seu nome?

Pedro.

2. Qual a sua idade?

Vinte seis.

3. Em que local (rio, cidade) você nasceu?

Quianduba.

4. A quanto tempo mora na região ribeirinha?

Vinte e seis.

5. Desde quando no rio Quianduba?

Vinte e seis.

6. Já morou na cidade? Qual?

Não.

7. Como sua família adquiriu esse terreno? Foi através de compra, de herança ou de outra forma?

Herança.

8. Qual o tipo de trabalho que os membros da sua família realizam?

Nós trabalha com açaí.

9. Como se estabelecem as relações de trabalho na sua família? (tem alguém assalariado, diarista, cumprem tarefas ou são autônomos que trabalham por conta própria?)

Trabalho por conta própria. O açaí é do nosso terreno mermo.

10. Quem são as pessoas da sua família que trabalham na agricultura e na pesca?

Eu mesmo.

11. Com relação ao trabalho doméstico, quem é responsável por ele na sua família?

É... a minha mãe, a minha mulhé...

12. Na sua opinião, existem trabalhos femininos e trabalhos masculinos? Você acha que existem trabalhos próprios só para homens e trabalhos só para mulheres? Por quê?

Não... não, né? Acho que não. Porque as mulhere e os homens pode fazer qualquer serviço.

ENTREVISTADO “D”

1. Qual o seu nome?

Joana.

2. Qual a sua idade?

Vinte e cinco anos.

3. Em que local (rio, cidade) você nasceu?

Rio Quianduba.

4. A quanto tempo mora na região ribeirinha?

Vinte e cinco anos.

5. Desde quando no rio Quianduba?

A vinte e cinco anos.

6. Já morou na cidade? Qual?

Não.

7. Como sua família adquiriu esse terreno? Foi através de compra, de herança ou de outra forma?

Herança.

8. Qual o tipo de trabalho que os membros da sua família realizam?

Trabalha na apanhação de açai... , palmito, manga ... é... pesca É isso.

9. Como se estabelecem as relações de trabalho na sua família? (tem alguém assalariado, diarista, cumprem tarefas ou são autônomos que trabalham por conta própria?)

Conta própria. O que nós vende é do nosso sítio.

10. Quem são as pessoas da sua família que trabalham na agricultura e na pesca?

João, Pedro e o Hinrique.

11. Com relação ao trabalho doméstico, quem é responsável por ele na sua família?

Eu, minha mãe ... nós.

12. Na sua opinião, existem trabalhos femininos e trabalhos masculinos? Você acha que existem trabalhos próprios só para homens e trabalhos só para mulheres? Por quê?

Não... Não...Não. Porque se uma mulher quiser ser policial ela não vai ser só purquê ela é mulhé? Acho que não.

ENTREVISTADO “E”

1. Qual o seu nome?

Jéssica.

2. Qual a sua idade?

Trinta.

3. Em que local (rio, cidade) você nasceu?

Aqui no Quianduba.

4. A quanto tempo mora na região ribeirinha?

A trinta anos.

5. Desde quando no rio Quianduba?

Des dos dizessete anos

6. Já morou na cidade? Qual?

Já. Abaetetuba.

7. Como sua família adquiriu esse terreno? Foi através de compra, de herança ou de outra forma?

Herança.

8. Qual o tipo de trabalho que os membros da sua família realizam?

Lavrora.

9. Como se estabelecem as relações de trabalho na sua família? (tem alguém assalariado, diarista, cumprem tarefas ou são autônomos que trabalham por conta própria?)

Por conta própria.

10. Quem são as pessoas da sua família que trabalham na agricultura e na pesca?

Meus irmãos... eu...

11. Com relação ao trabalho doméstico, quem é responsável por ele na sua família?

É a minha mãe... quando eu chego, eu também.

12. Na sua opinião, existem trabalhos femininos e trabalhos masculinos? Você acha que existem trabalhos próprios só para homens e trabalhos só para mulheres? Por quê?

Sim. Acho. Porque tem muitos que a mulhé não pode fazê, muito seiço que a mulhé num pode fazê, que é somente o homem como um exemplo... como viajar... trabalha cum madêra. Que só a mulhé num consegue fazê, somente o homem. Na minha opinião existe.

ENTREVISTADO “F”

1. Qual o seu nome?

Henrique.

2. Qual a sua idade?

A minha idade é trinta e sete anos.

3. Em que local (rio, cidade) você nasceu?

Eu nasci em Abaetetuba.

4. A quanto tempo mora na região ribeirinha?

Eu nasci em Abaetetuba e... logo depois a minha família se transferiu para o rio Maracapucu-Miri, Maracapucu-Grande e então eu... moramos lá pelo um período de três anos então tivemos que nos locomover de novo pra Abaetetuba por necessidade da, da família e depois retornamos para um outro interior que foi o rio Quianduba e hoje nós moramos aqui, a vinte e sete anos no total já nas ilhas de Abaetetuba.

5. Desde quando no rio Quianduba?

Desde noventa e sete.

6. Já morou na cidade? Qual?

Já. Abaetetuba.

7. Como sua família adquiriu esse terreno? Foi através de compra, de herança ou de outra forma?

Esse terreno foi herança.

8. Qual o tipo de trabalho que os membros da sua família realizam?

Nós trabalhamos ca pesca e ca lavoura né? Que é o nosso... nós trabalhamos com açai... com plantio. Meu pai trabalhava, trabalhava com cupuaçu, trabalha com plantio de banana. É no que a gente trabalha. E chega na safra, quando chega a safra do açai nós ficamos no açai porque é um período de quatro meses... intão a gente tem que se disimpenhá a tirá a safra porque é... ela não pode ficar, permanente que chegou o período de tirá aí nós trabalhamos em conjunto, em familiar.

9. Como se estabelecem as relações de trabalho na sua família? (tem alguém assalariado, diarista, cumprem tarefas ou são autônomos que trabalham por conta própria?)

É, é, eu sei. Eu entendo a sua pergunta. Acontece o seguinte, dona é que nós fazemos de uma forma assim; é uma tarefa. Nós pega pra começa assim a partir das seis hora da manhã e nós tem, se nós tem como eu posso lhe explicar: se nós vamo tirá vinte rasa de açai... nós temos aquela tarefa. Então nós se divide em grupos. Tem o qual disbulha, tem o qual apanha, tem o qual pega da mão e a partir de que aquela tarefa é executada, que dê pra entregar pro comprador a gente encerra, é por tarefa.

10. Quem são as pessoas da sua família que trabalham na agricultura e na pesca?

Quem atua é..., quem atua nesse momento é eu com a minha mãe e o meu irmão. Porque o meu pai trabalhô desde do, do início da vida dele, ele sempre tre trabalhô quase com pesca mas chegou ao ponto dele se aposentá por problema de saúde, ele foi operado, levou uma cirurgia então nós assumimos esse ponto mas ele nos acompanha, sempre tá presente conosco. Ele é... o nosso cabeça como diz a população, né? Então nós trabalhamos em conjunto, ele manda, nós trabalhomo

por tarefa, né? Nós temos uma tarefa a cumprir. Condo nós cumpre essa tarefa a partir dessa hora, meio dia... tá encerrado nosso dia.

11. Com relação ao trabalho doméstico, quem é responsável por ele na sua família?

Olha, eu ca minha esposa semo, o nosso, nós semo... cada um pega uma ponta. Assim que a gente diz aqui no nosso... assim que a gente diz... porque... nós faz, nós trabalha em conjunto. Ela num mede esforço de trabalhar no que tocá pra ela, também no que tocá pra mim, nós cria os nossos filho como nós pode e na na honestidade, graças a Deus. Normalmente, eu faço o que cair. Eu trabalho com a... na casa, na cozinha, trabalho no mato, eu venho... se faltar tal coisa, eu vou apanhando açaí, eu vendo, nós bate e quando eu tô disposto eu faço a comida. Quando eu num tô ela sai , ela faz e quando eu chego tá pronta... nos trabalhamos em parceria.

12. Na sua opinião, existem trabalhos femininos e trabalhos masculinos? Você acha que existem trabalhos próprios só para homens e trabalhos só para mulheres? Por quê?

Olhe... boa pergunta. Eu me senti numa situação agora meio complicado porque cada uma pessoa tem um modo de pensar né? Tem um modo de... de agir nessas atitudes. Então tem mulheres que... executam certos tipos de trabalho que a gente vê que ela tem... ela tem a, a, ela tem aquela... ela tem o carisma pa disinvolver qualquer função. Mas tem mulheres que a gente vê que tem, elas se distinguem uma da outra. Ela trabalha numa função mais que se identifica, mas que ela se sente mais identificada, mas tem aquela mulhé que não... a mesma coisa é o homem. Tem o homem que não tem tipo de serviço pra ele, mas tem aquele que seleciona serviço pa fazê. Então eu credito que... depende da pessoa. Se a mulhé dizê que ela vai exercer aquela função a gente num pode subestimar ela. Ente tem que acreditar porque se ela pode, ela acha que pode, ela pode. Então a gente não pode dizer que porque ela é mulher que ela não vai exercer. Ela tem que vê no que ela acredita. Então eu acredito que... tem muita mulhé que quando ela diz que ela dá conta ela dá conta. Vai depender da pessoa. Se ela dizer que ela pode, ela

pode. Porque tem mulhé que ela pode exercer qualquer função. Tem a qual num pode.

ENTREVISTADO “G”

1. - Qual o seu nome?

José.

2. Qual a sua idade?

Trinta e sete anos.

3. Em que local (rio, cidade) você nasceu?

Na cidade de Abaetetuba no estado do Pará, no hospital Santa Rosa.

4. A quanto tempo mora na região ribeirinha?

A vinte anos.

5. Desde quando no rio Quianduba?

Desde 1997.

6. Já morou na cidade? Qual?

Não.

7. Como sua família adquiriu esse terreno? Foi através de compra, de herança ou de outra forma?

Foi herança.

8. Qual o tipo de trabalho que os membros da sua família realizam?

Pesca, apanha de açaí, minha mãe tem criação de cirimbabo (pato, galinha, porco ...).

9. Como se estabelecem as relações de trabalho na sua família? (tem alguém assalariado, diarista, cumprem tarefas ou são autônomos que trabalham por conta própria?)

Autônomos. Trabalhamo pra nós mesmo.

10. Quem são as pessoas da sua família que trabalham na agricultura e na pesca?

Todos. Todo nós.

11. Com relação ao trabalho doméstico, quem é responsável por ele na sua família?

Todos. Minha mulhé, eu, nossos filho as vez.

12. Na sua opinião, existem trabalhos femininos e trabalhos masculinos? Você acha que existem trabalhos próprios só para homens e trabalhos só para mulheres? Por quê?

Não. Porque todos são da família e tem que fazê... o que o outro faz também.

ENTREVISTADO “H”

1. Qual o seu nome?

Francisco.

2. Qual a sua idade?

Vinte e cinco anos.

3. Em que local (rio, cidade) você nasceu?

Rio Quianduba.

4. A quanto tempo mora na região ribeirinha?

A vinte e cinco anos.

5. Desde quando no rio Quianduba?

Desde os vinte e cinco anos.

6. Já morou na cidade? Qual?

Não... eu não morei na cidade em lugar nenhum, somente aqui.

7. Como sua família adquiriu esse terreno? Foi através de compra, de herança ou de outra forma?

Foi comprado. Trabalhemo pra comprá ele.

8. Qual o tipo de trabalho que os membros da sua família realizam?

Nós trabalhamos com açaiçal, manejo de açaiçal e pesca, colocamo matapi, viajamos... fazemos muitas coisas.

9. Como se estabelecem as relações de trabalho na sua família? (tem alguém assalariado, diarista, cumprem tarefas ou são autônomos que trabalham por conta própria?)

Trabalhamos pela nossa própria conta.

10. Quem são as pessoas da sua família que trabalham na agricultura e na pesca?

Olha, trabalho ... tenho uns irmão que trabalho com açaí, outros trabalho na pesca, outras fazem outros serviços, diversos.

11. Com relação ao trabalho doméstico, quem é responsável por ele na sua família?

O papai. A minha mulhé, minha filha, eu, todos nós.

12. Na sua opinião, existem trabalhos femininos e trabalhos masculinos? Você acha que existem trabalhos próprios só para homens e trabalhos só para mulheres? Por quê?

Existem. Existe também porque a mulher não pode viajar... ela não pode cortá de machado tem muitas coisas que ela não pode fazer.